

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

**ENTRE O HUMANO E A NORMATIVIDADE: UMA ANALÍTICA *QUEER* EM
TORNO DO (NÃO-) BINARISMO DE GÉNERO**

Teresa Raquel Ferreira Teixeira

Outubro, 2016

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor ***Nuno***
Filipe Moreira Santos Carneiro (FPCEUP)

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

A realização do presente trabalho representa uma etapa final de um longo percurso, sendo que o alcance desta meta não teria sido possível sem o suporte e o apoio de algumas pessoas que se revelaram cruciais.

Ao Professor Doutor Nuno Carneiro, quero agradecer por muito mais do que a exemplar orientação. Para além de toda a disponibilidade e apoio, e também por todas as vezes que apaziguou as minhas inseguranças, enquanto me desafiava a motivava a ir mais longe. A sua dedicação e entusiasmo foram fulcrais para o alcance desta etapa. Obrigada por continuar a inspirar-me. As palavras revelam-se insuficientes para expressar o que significou para mim poder partilhar este trabalho e este percurso com o professor. Obrigada.

À Professora Doutora Conceição Nogueira, obrigada por há três anos atrás me ter apresentado à psicologia crítica, e assim renovado a paixão por esta área e por esta profissão. Obrigada também por todas as partilhas e reflexões durante o seminário.

À Doutora Sara Magalhães e à Liliana Rodrigues, quero também agradecer por toda a disponibilidade e prontidão para ajudar, assim como os importantes contributos ao longo de todo este processo.

Quero deixar um agradecimento especial às amigas que este percurso me proporcionou. Vocês não param de me fascinar e inspirar.

À Inês, ao Nuno, à Sofia, à Marta e à Sara, obrigada também pela amizade, a presença e o suporte. Obrigada por acreditarem em mim, e não me deixarem duvidar das minhas capacidades. Obrigada por todos os momentos de desvaneios, de partilhas, de discussões e, acima de tudo, de cumplicidade. Vocês tornam a minha existência mais interessante e valiosa. Obrigada por continuarem a escolher ficar.

À Rita, um muito sincero obrigada por todas as partilhas, discussões, e *insights*. Obrigada pela companhia por estes trilhos tão desafiantes teoricamente, e, principalmente, por todos os momentos de pura cumplicidade.

À Filipa, pela parceria fomentada ao longo deste ano e por todos os momentos de partilha, reflexão, e apoio. Obrigada.

Quero também agradecer, novamente, à Sofia, à Rita e à Inês pela revisão cuidada e atenta de todo este trabalho. Assim como, à Ana Dória pelas revisões, companhia e suporte nesta última etapa, obrigada.

Um especial e profundo obrigada a cada uma das pessoas que aceitou participar nesta investigação, pela vossa confiança e abertura, foi um verdadeiro privilégio ter a oportunidade de vos conhecer.

Obrigada também Ritinha, pois seja qual for a distância, serás sempre uma das minhas pessoas preferidas.

Quero acima de tudo agradecer a todas as pessoas que permaneceram ao meu lado ao longo de todo este tumultuoso percurso.

Em especial, ao Gustavo, à Libânia, à Sara e ao Meira, pela paciência, pelo tempo, pela compreensão e pelo inabalável companheirismo. Obrigada.

E, principalmente, ao meu pai, à minha irmã e ao meu cunhado. Obrigada pela vossa presença, pela paciência nos dias de maior angústia, e por não me terem falhado durante todo este percurso. Deixo ainda um especial obrigada ao Vasquinho, por ser a minha melhor razão para sorrir.

Por fim, quero dedicar o presente trabalho, e todo o caminho até ao momento percorrido e ainda por percorrer, à minha mãe e à minha avó. Continua a ser difícil aceitar a vossa ausência, mas é particularmente doloroso não poder partilhar o alcance desta etapa com vocês, as pessoas que mais me moldaram e formaram, que me protegeram e apoiaram incondicionalmente. É apenas um primeiro passo num caminho a construir com ajuda de todas as aprendizagens e ferramentas com que me deixaram. Obrigada.

Resumo

Este trabalho pretende explorar as vivências subjetivas, relacionais e sociais de sujeitos questionantes do binarismo de género.

A análise crítica dos géneros tem-se tornado numa ferramenta indispensável na luta contra o sistema normalizador das subjetividades, inclusive no que respeita ao género. Encontramos nos estudos *queer* contributos teóricos de máxima relevância para o questionamento das identidades, ao propô-las como produções sociais e naturalizadas pelos saberes dominantes, assim desnaturalizando-as e des-essencializando-as.

Partimos à exploração e desconstrução de mecanismos sociais opressores do potencial humano, evidenciando a possibilidade de vivências (mais) autênticas e livres. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas a 8 pessoas que se autoidentificam como não-binárias de género e/ou que não se autoidentificam com o binarismo de género. Para a sistematização dos dados procedeu-se à análise temática, segundo as propostas de Braun e Clarke (2006), tendo emergido 4 temas: (i) experiência do não-binário – dificuldades e conquistas a nível pessoal, relacional e social; (ii) conceções sobre género – multiplicidade de perspetivas; (iii) “*Sem um lugar que seja seu*” – caracterização da opressão da heteronormatividade; e (iv) contemplação da diversidade; temas estes que elucidam a desumanização experienciada pelo choque entre a desidentificação face ao binarismo de género e a obrigatoriedade de cumprir normas.

O trabalho finaliza com uma reflexão sintética das implicações que decorrem do diálogo aqui estabelecido entre a teoria e os discursos analisados, nomeadamente ao nível educacional – rumo à promoção de uma educação para a diversidade humana – e ao nível da prática clínica na psicologia – rumo à necessidade de uma postura crítica que promova uma intervenção desconstrutiva.

Palavras-chave: géneros, não-binarismo, estudos *Queer*; desconstrução; Humano.

Abstract

The present work aims to explore the subjective, relational, and social experiences of individuals who question the gender binarism.

The critical analyse of genders has become an indispensable tool in the fight against a normalizing system of subjectivities, including as regards to gender. We find in the queer studies theoretical contributions of the utmost relevance to the questioning of identities, by proposing them as social productions and naturalized by the dominant knowledges. This contributions might denaturalize and de-essentializing them. As such, we start exploring and deconstructing the oppressive social mechanisms of the human potential, demonstrating the possibility of a more authentic and free life experiences.

Semis-structured individual interviews were conducted to eight individuals that identify with the non-binary genders and that don't identify with the gender binarism. We proceeded to the thematic analysis to systemize the collected data, as proposed by Braun and Clarke (2006). Four themes emerged from this analyse: (i) the experience of the non-binary – hardships and achievements, at personal, relational and social levels; (ii) gender conceptions – the plurality of perspectives; (iii) “*Without a place of one's own*” – characterization of the oppression of hetereonormativity; and (iv) gazing at the diversity. These themes shed light to the dehumanizing experience of the clash between non-identifying with the gender binarism and the demand to obey the norms.

We conclude with a synthetic reflection of the implications that result from the dialogue here established between the theory and the analysed discourses, namely at an educational level – towards the promotion of an education for the human diversity – and to the clinical practice in psychology – towards the need to maintain a critical stance to promote a deconstructive intervention.

Key-words: genders; non-binarism; queer studies; deconstruction; Human.

Resumé

Cette étude vise à explorer les expériences subjectives, relationnelles et sociales des sujets qui se interrogent sur le binaire du genre.

L'analyse critique du genre est devenu un outil indispensable dans la lutte contre le système de normalisation des subjectivités, notamment en ce qui concerne le genre. Nous avons trouvé dans les études *queer* apports théoriques de la plus haute importance pour la remise en cause des identités, leur propose comme productions sociales et naturalisées par la connaissance dominante, alors les dénaturalisé et de-essentialisée.

Nous commençons l'exploration et la déconstruction des mécanismes sociaux oppresseurs du potentiel humain, ce qui suggère la possibilité d'expériences plus authentiques et libre. Entretiens semis-structurés individuels ont été effectués pour 8 personnes qui se considèrent comme le genre non-binaire, et que l'auto-identifié pas avec le genre binaire. Pour la systématisation des données a procédé à l'analyse thématique selon les propositions de Braun et Clarke (2006). Quatre thèmes ont émergé de cette analyse: (i) expérience du non-binaire – les difficultés et les réalisations au niveau personnel, relationnel et social; (ii) conceptions de genre - multiplicité des perspectives; (iii) “*Sans un endroit de sa propre*” – la caractérisation de l'oppression hétéronormativité; (iv) la contemplation de la diversité; ces thèmes élucidant la déshumanisation vécue par l'affrontement entre désidentification contre le binaire du genre et l'obligation de se conformer aux normes.

Ce travail se termine par une réflexion synthétique des implications découlant du dialogue établi ici entre la théorie et l'analyse du discours, y compris le niveau d'éducation - à la promotion de l'éducation pour la diversité humaine - et le niveau de la pratique clinique en psychologie - vers la nécessité d'une posture critique qui favorise une intervention déconstructive.

Mots-clés: genres, études *Queer*; non-binaires; déconstruction ; Humain.

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	4
1.1 Construções: saber/poder/prazer	4
1.1.1 Reformulações do conceito género	4
1.1.2 Contributos pós-estruturalistas no questionamento do conceito género	5
1.2 Desconstruções <i>Queer</i>	8
1.3 (Im) Possibilidades <i>Queer</i>	13
2. Metodologia.....	18
2.1 Objetivos de Investigação	18
2.2 Participantes.....	18
2.3 Método de recolha de dados	19
2.4 Método de análise de dados	21
3. Análise e discussão de resultados.....	22
3.1 Experiência não-binárias.....	22
3.1.2 Dimensão Pessoal.....	23
3.1.3 Dimensão Relacional.....	25
3.1.4 Dimensão Social.....	27
3.2 Conceções de Género.....	30
3.2.1 Composição.....	30
3.2.2 Espectro.....	32
3.2.3 Construção.....	32
3.2.4 Significações	34
3.3 “ <i>Sem um lugar que seja seu</i> ”	36
3.4 Contemplação da Diversidade	39
4. Conclusão	42
Referências Bibliográficas.....	49
Anexos.....	54

Índice de anexos

Anexo 1. Convite para participação na investigação.....	55
Anexo 2. Guião da Entrevista.....	56
Anexo 3. Consentimento Informado de Participação em Investigação.....	61
Anexo 4. Compromisso de Confidencialidade.....	62
Anexo 5. Mapa Temático da Análise Detalhado.....	63

Índice de Tabelas

Tabela 1. Dados Sociodemográficos dos participantes	19
---	----

Índices de Figuras

Figura 1. Mapa temático da análise	22
--	----

Introdução

“Eu acho... acho que cada pessoa faz sentido para si própria” (L92)¹

A sociedade de hoje em dia rege-se por uma grande procura de respostas, rápidas e concisas, que cada vez mais parece traduzir-se numa compulsiva categorização da vivência humana. Será o nosso percurso experiencial nada mais do que uma constante e angustiante procura de coerência (em nós, em *outrem*, em grupos, no que significa ser humano)? Uma das principais exigências socialmente impostas passa pela necessidade de encontrar coerência entre o sexo biológico, o género (concebido como uma entidade binária e coerente com a predisposição biológica) e o desejo sexual, e que esta seja definidora da nossa identidade.

A ligação entre saber, poder e sexualidade passou despercebida durante muito tempo, sendo negada a sua existência. Assim, Foucault (1976/1999) deu a perceber de que modo e com que intenções disciplinadoras proliferam instâncias discursivas de poder/saber que de tanto calarem ou de pretensamente reprimirem, potenciaram e transformaram a sexualidade num dispositivo. Os poderes/saberes que são discursivamente produzidos (seja politicamente, institucionalmente, culturalmente, socialmente) e que assim produzem o que aceitamos como “real” sobre as sexualidades regulam a aceção de humano de forma excludente (Butler, 2004). Consideremos, por exemplo, como o problema da heterossexualidade continua por problematizar, assumindo-se sempre como categoria e estrutura de poder dominante que é privilegiada, normalizada e, em última análise, desprovida de questionamentos (Costa, Pereira, Oliveira, & Nogueira 2010). Esta discursividade assente na heteronormatividade revela o peso e o enviesamento dos discursos existentes na nossa sociedade sobre as sexualidades, discursos com forte influência nas vidas das pessoas (Costa et al., 2010). Foucault (1979/1984) entende que o poder é exercido, não é possuído – ou seja, é uma coleção de desempenhos de práticas discursivas que servem para manter a posição estratégica de determinada prática e as pessoas que têm acesso aos seus privilégios.

Quando consideramos as implicações que este dispositivo de saber/poder/prazer tem sobre como o género é concebido discursivamente, entendemos como masculinidades e feminilidades foram co-construídas socialmente, como amálgamas de expectativas, posturas e atitudes em posições de poder assimétricas. Socialmente é imposto um

¹ Excerto discursivo de uma pessoa entrevistada no âmbito deste trabalho

enquadramento binário que explica a existência de duas identidades, distintas e opostas, não fazendo qualquer esforço para indagar sobre as suas complexas organizações. Este enquadramento pressupõe saber tudo o que se precisa saber antes de qualquer investigação efetiva sobre as complexas e sempre localizadas realidades culturais (Butler, 2009). Por possuir essa eficácia produtiva, o poder volta-se para o corpo do indivíduo, não com a intenção de reprimi-lo, mas de adestrá-lo (Foucault, 1979/1984). As normas regulatórias do sexo ou do género precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos de materializar compulsoriamente a heterossexualidade (Louro, 2004). Aparentemente a liberação deste regime opressor será possível através de uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder (Foucault, 1976/1999). Assim, como todo o poder pressupõe resistência (Foucault, 1979/1984), estas normas regulatórias também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam – sujeitos “abjetos”, que escapam à norma (Louro, 2004).

As normas regulam a constituição de identidades, tidas como essenciais, constantes e imutáveis, assentes num esquema binário e dimórfico que as constrói apenas em masculino e feminino, num regime de heterossexualidade hegemónica que regula a produção de sujeitos sexualmente diferenciados e heterossexuais (Nogueira & Oliveira, 2010). Pois, quando se reflete sobre a questão da igualdade, ainda é referenciado automaticamente a heterossexualidade, evidenciando a sua normatividade, mas também a fraca capacidade de muitos/as LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgénero/transsexuais) em desconstruir e questionar essa norma (Costa et al., 2010).

Esta atual caracterização do terreno social leva-nos a ter de refletir também sobre o genderismo – uma ideologia que reforça uma apreciação/avaliação negativa de não-conformidade de género, ou de uma incongruência entre sexo e género, perpetuando julgamentos negativos acerca de pessoas que não se apresentam como “mulheres”/“homens” estereotípicos (Costa et al., 2010). Desta forma, o presente trabalho pretende partir à exploração das vivências de pessoas que não se identificam com o binarismo de género, e como estes questionamentos afetam as suas experiências subjetivas, relacionais e sociais (ao nível ideológico e cultural).

A nossa intenção é refletir a realidade das vivências das pessoas questionantes do binarismo de género imposto, partindo de uma abordagem interseccional que compreende como as nossas vidas revelam que não existe uma única categoria identitária que descreva

satisfatoriamente como nos posicionamos em relação ao social e a nós mesmos/mesmas (Shields, 2008). Neste sentido, escolhemos como base teórica as propostas *queer*² que assentam na recusa da fixidez identitária e são formas particularmente resistentes à imposição da heterossexualidade hegemónica (Butler, 1993) como norma social.

A presente dissertação integra quatro secções. Na primeira parte, expõe-se um enquadramento teórico que pretende refletir sobre os mecanismos envolventes nas diversas construções sociais de género e a forma como filtram a nossa visão da realidade. Refletimos como determinadas posições epistemológicas podem libertar-nos deste regime saber/poder/prazer que restringe a vivência humana. Aprofundamos ainda o possível papel da teoria *queer* com o seu posicionamento pós-identitário, abordando as impossibilidades experienciadas pelas pessoas questionantes do binarismo, e problematizando o potencial emancipatório desta teoria. Na segunda secção apresenta-se a metodologia, caracterizando os/as nossos/nossas participantes e as escolhas metodológicas para a recolha e análise dos dados. De seguida, expõe-se a análise e discussão dos resultados que procura evidenciar os conteúdos temáticos emergentes da análise de dados, numa narrativa interpretativa teoricamente consolidada. Na secção final, procura-se apresentar as principais conclusões deste estudo, e as suas possíveis implicações práticas, assim como algumas limitações e sugestões para futuras investigações.

A partir de uma análise crítica da ação compulsória da norma ao circunscrever uma vida passível de luto e de ser chorável (Butler, 2009), pretendemos tentar compreender a complexidade do potencial do ser humano, porque a vida é mais suportável quando não estamos confinados a categorias que não funcionam para nós, que nos são impostas e nos retiram a liberdade (Butler, 2015a).

² O termo *queer* inicialmente reportava-se a um insulto, à ideia de estranho, esquisito, não conforme (Butler, 1993), constituindo não só uma injúria, mas uma interpelação que construía um sujeito marcado pela patologização, criminalidade e pelo insulto (Oliveira, Pinto, Pena, & Costa, 2009). A apropriação deste termo reporta-se principalmente à reformulação e inversão de significados em torno de um insulto, resignificando-o. Este processo implica que o termo *queer* passe a ser usado como forma de designação, procedendo a uma crítica às noções essencialistas de identidade e à própria ideia de identidade (Oliveira et al., 2009).

1. Enquadramento Teórico

1.1 Construções: saber/poder/prazer

1.1.1 Reformulações do conceito género

A distinção entre sexo e género originalmente pretendia debater a formulação de biologia-como-destino, servir de argumento para compreender que apesar de o sexo parecer biologicamente definido, o género é culturalmente construído: assim, o género não é nem o resultado casual do sexo nem tão fixo como aparentemente seria o sexo (Butler, 1990). Quando se começa a considerar o sexo como um construto a explicar, em vez de um fator explicativo, o conceito de género corresponde, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda da investigação social, com foco nas condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo (Amâncio, 2003). Contudo, a emergência do género inscrevia-se num processo que tornava visível uma relação social marcada pela desigualdade que a investigação, a reflexão teórica e a ação política tinham ignorado ou ocultado (Amâncio, 2003).

À medida que as teorias feministas se foram reelaborando e diversificando, o termo género foi ganhando uma história e tornando-se objeto de crítica. Foi sendo confrontado com novas categorias teóricas e instrumentos metodológicos que se impõem com o objetivo de compreender e explicar como é que as diferenças hierárquicas entre homens e mulheres se constroem, reproduzem e transformam (Levy, 2004). O conceito de género tem vindo a contribuir para a produção de novos objetos de estudo, retomando em novos moldes uma velha questão, e dando lugar, mais recentemente, a uma perspetiva crítica sobre a produção dos saberes em diversas disciplinas das ciências sociais (Amâncio, 2003). Passou assim ser concebido como um objeto de controvérsia conceptual e prática dentro e fora do campo feminista (Levy, 2004).

Não obstante, continua a ser pertinente analisar criticamente o construto género, numa luta contra o discurso tendencialmente uniformizador da igualdade, consagrando-se até num termo para sair da crueza e crueldade de discursos e práticas assentes na dicotomia sexo masculino/sexo feminino como fator explicativo e/ou justificativo das desigualdades sociais (Levy, 2004). É crucial entender a multiplicidade conceptual que o acompanha, – entendê-lo como “um rizoma, [que] pode ser desterritorializado e reterritorializado de

múltiplas formas e com inúmeras invocações” (Oliveira, 2012, p.51). O gênero não remete para um conceito único, mas sim para uma multiplicidade subsumida pelo mesmo nome, e por vezes nem sequer subsumida pelo mesmo nome (Oliveira, 2012).

O gênero, assim entendido, promove a abertura de possibilidades de conceber a sociedade, os seus mecanismos opressores e as possibilidades de reivindicar o reconhecimento de novas formas de existir. Contudo, torna-se inviável para modelos positivistas e modernos, criticando a sua lógica de desvalorizar a experiência. Desta forma, é necessário passar a outras epistemologias – como o construcionismo social, que propõe a compreensão do “mundo” e da “realidade” discursiva e linguisticamente construídos e, por isso, como diversos, instáveis, imprevisíveis, fragmentados e indeterminados (Nogueira, 2001). Trata-se então de um ceticismo epistemológico em relação à “objetividade da verdade”, da história e das normas – a verdade é impossível. É necessário definir novos olhares sobre a realidade, valorizando a subjetividade, negando o “real” e a “objetividade” do conhecimento (Nogueira, 2001) e, como tal, questionando permanentemente este mesmo conhecimento, só aceite como arranjo de verdades sempre provisórias. Essa multiplicidade fomenta as possibilidades de pensar o gênero de forma cada vez mais complexa e emancipatória: olha-se então para a sua ambivalência e definição múltipla que o tornam aliciante para pensar com ele as possibilidades dos feminismos contemporâneos, marcados e habitados pelo múltiplo e não pelo uno (Oliveira, 2012).

1.1.2 Contributos pós-estruturalistas no questionamento do conceito gênero

Importa salientar o trabalho do filósofo pós-estruturalista francês Michel Foucault, que se preocupa como os sujeitos, vistos individualmente, se constroem através das estruturas da linguagem e através da ideologia, usando discursos (escrito, imagem visual, oral) que estão disponíveis para serem lidos, vistos ou ouvidos (Nogueira, 2003). Esta perspetiva defende que a linguagem não é um instrumento descritivo da realidade ou apenas um meio de comunicação, a linguagem é uma prática social responsável por construir a realidade (Nogueira, 2001).

O significado de um discurso é algo sempre indeterminado, em aberto e interaccional. As nossas representações trazem consigo formas particulares de relações de poder, em que as nossas maneiras de falar e de representar o mundo constituem os discursos através dos quais experienciamos esse mesmo mundo. Importa enfatizar o poder construtivo da linguagem, notando como esta deriva de, ou pelo menos se relaciona com

estruturas sociais e materiais, relações sociais e práticas institucionalizadas (Nogueira, 2003). Numa análise do terreno social, apercebemo-nos que nos encontramos divididos/as, principalmente de forma dicotómica, em categorias, que reforçam uma hierarquização, sendo a posição de cada um de nós assente num implícito que permite a ostentação de um polo não marcado, à volta do qual os membros de um mesmo grupo se organizam. Estas posições não são naturais nem fixas, advêm de dinâmicas de longas histórias de relações de poder e da sua manutenção (Levy, 2004). A conceção de poder é central – representa o cerne da perspetiva pós-estruturalista. (Nogueira, 2003).

A operação de poder pode ser concebida como não sendo assegurada por direito, mas por técnicas, não pela lei, mas pela normalização, não pela punição, mas pelo controlo, métodos são aplicados a todos os níveis e em formas que vão para além do estado e do seu alcance (Foucault, 1979/1984). O poder é compreendido apenas na condição em que esconde parte substancial de si próprio, pois o sucesso de alguém/algo é a sua habilidade de esconder os seus próprios mecanismos (Swan, 1999). Não é o governo ou um qualquer governante moderno atual que dita como devemos ser, encontra-se nas muito mais potentes interações do quotidiano a controlar o que fazemos, o que somos e como vemos o mundo, formas de controlo em que, na sua maioria, passam despercebidos – não nos seus efeitos, mas os seus mecanismos de operação dentro da nossa sociedade (Swan, 1999). Foucault (1979/1984) parte do princípio de que existem duas esferas que consolidam as práticas, cada uma delas tem seus próprios mecanismos de legitimação, atuam como “centros” de poder e elaboram seu discurso e sua legitimidade. Uma das ditas esferas está constituída pela ciência. A outra, pelo contrário, está formada por todos os demais elementos que podem ser definidos como integrantes da cultura – ideologias, diferenciações de género, práticas discriminatórias, normas e critérios de normalidade. Tanto uma quanto a outra com uma referência notória a um tempo e espaço determinado (Foucault, 1979/1984).

Foucault (1979/1984) concluiu que o poder se materializa por meio de diferentes formas de disciplina de forma a integrar o próprio ser de cada indivíduo. Ou seja, mesmo o sujeito dominado deve considerar natural ser subjugado, pois o poder produz o real. Sendo que o poder não tem uma única fonte nem uma única manifestação, mas uma extensa gama de formas, exemplificado pela capacidade de um grupo social se apoderar dos mecanismos que regulam determinada manifestação, pondo-a a seu serviço e elaborando uma estrutura que se aplica a indivíduos potencialmente domináveis e dominados (Foucault, 1979/1984).

Assim, cria-se um discurso que se apresenta como “natural” e procura bloquear as possibilidades de aparição de outros discursos que tenham capacidade questionadora.

Derrida (1967/ 1973) introduziu o conceito de suplementariedade, que traduz a evidência de que os significados são organizados por meio de diferenças numa dinâmica entre o que parece estar de fora de um sistema já se encontra dentro dele, e o que parece natural é história. Ou seja, devemos considerar que o conceito de origem ou de natureza não é pois senão o mito da adição, da suplementariedade anulada por ser puramente aditiva. Assim como, o mito de uma diferença originária que não é nem ausência nem presença, nem negativa nem positiva (Derrida, 1967/ 1973). A diferença originária é a suplementariedade como uma complexidade irreduzível no interior da qual se pode somente infletir ou deslocar o jogo da presença ou da ausência (Derrida, 1967/ 1973). A nossa identificação com determinada categoria (p.e., a “heterossexualidade”) apenas existe em oposição a uma outra categoria (p.e., a “homossexualidade”). Socialmente foi e continua sendo estabelecido que devemos pertencer a determinada categoria e que a definição de uma categoria 'da oposição' (que nos torna “não-normativos/as”, “desviantes”) normaliza a primeira, tornando-a dominante.

Um bom exemplo destas dinâmicas é reiteração da tríade coerente do sexo, do género e do desejo que “ é imposta e representada pela matriz heterossexual mas também pela figuração da ‘família’, empurrando as nossas vidas em direção a visões heteronormativas do amor, do cuidado, do parentesco e da intimidade” (Oliveira, Costa, & Carneiro, 2014, p.67). A conceção social sobre o género tem por base a dicotomia da heteronorma, fazendo com que as experiências de género que rompem com a polarização e com o carácter heterossexual das normas percam reconhecimento social (Louro, 1997).

Existe então um regime de saber-poder-prazer que sustenta entre nós e em nós o discurso sobre a sexualidade humana (Foucault, 1976/1999). A colocação do sexo em discurso não estaria ordenada no sentido de afastar a realidade das formas insubmissas à economia estrita da reprodução – ou seja, reduzir ou excluir práticas que não tivessem como finalidade a fecundação e, por meio desta, a reprodução (Foucault, 1976/1999). A explosão discursiva sobre o sexo tem vindo multiplicar as condenações judiciais das perversões menores. Começaram por anexar a irregularidade sexual à doença mental, tendo sido definidas normas de desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os “desvios” possíveis, tendo por base os insurgentes controlos pedagógicos e tratamentos médicos (Foucault, 1976/1999). Como tal, em torno das mínimas fantasias, os moralistas e

os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação (Foucault, 1976/1999)³.

A mecânica do poder que persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e constitui-o em razão de ser e ordem natural da desordem. (Foucault, 1976/1999, p.44)

De forma a conseguirmos libertar-nos destes processos que naturalizam a opressão, Derrida (1967/ 1973) reforçou a importância de utilizar um procedimento analítico conhecido como desconstrução, i.e., demonstrar o implícito dentro de uma posição binária. Os movimentos de desconstrução não solicitam as estruturas de fora, pois apenas são possíveis e eficazes se integrarem estas estruturas. Estas operam necessariamente a partir do interior, da estrutura antiga e de todos os recursos estratégicos e económicos da subversão, emprestando-os estruturalmente. Não é possível isolar seus elementos, o empreendimento de desconstrução é sempre, de um certo modo, precipitado pelo seu próprio trabalho (Derrida, 1967/ 1973).

A desconstrução preocupa-se em identificar os efeitos ideológicos e o poder dos discursos (Nogueira, 2003), prometendo-nos algo mais libertador, algo aberto o suficiente para respeitar a nossa experiência pessoal de conflito e as contradições em que vivemos, tanto para nos submeter à opressão ou tentar enfrentá-la (Parker, 1999). Existimos num sistema patológico que sobrevive muito eficazmente ao persuadir os seus membros de que são eles os “responsáveis” e de que são eles que têm o problema (Parker, 1999). Podemos entender a desconstrução como um processo de leitura crítica e de desvelar de termos e tensões entre termos, que ditam como entendemos o nosso lugar na cultura, nas nossas famílias e nas nossas relações, e como nós pensamos sobre quem somos e o que está ao nosso alcance ser (Parker, 1999).

1.2 Desconstruções *Queer*

O pós-estruturalismo francês partilha com o pensamento *queer* a desconfiança em relação às grandes dicotomias e ao modo como determinados discursos veiculam determinadas ideias que servem de “verdades” para as sociedades (Oliveira, 2010). Os

³ Pelo poder estratégico de saberes que se querem intencionalmente (re)produzidos sob um regime de poderes patriarcais, androcêntricos e “masculinos”, utilizamos propositadamente o universal masculino, contrário ao desdobramento gramatical do género que deve atravessar esta tese, como reiteração dos modos de configuração e de manutenção de tais saberes e poderes.

estudos *queer* podem providenciar uma base epistemológica para uma crítica e para uma desconstrução do gênero e da sexualidade nas sociedades contemporâneas (Oliveira et al., 2014). Assim, abrem possibilidades a um olhar mais incisivo sobre os processos sociais normalizadores que criam classificações, por sua vez, responsáveis pela ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares (Miskolci, 2007), abrindo o caminho a investigações mais completas sobre as experiências do que habitualmente se designa por “minorias (sexuais)”, de forma a não perpetuar e a impedir a naturalização da pré-estabelecida normatividade (Miskolci, 2009).

Um processo normalizador a que se pretende dar especial enfoque neste trabalho é a sequência sexo-gênero-sexualidade. Esta sequência é afirmada e reiterada a partir do momento em que o ser humano é identificado como “menina” ou como “menino”, instalando-se um processo que, supostamente deve seguir determinado rumo ou direção (Louro, 2004). Sendo que o “sexo” ainda é concebido como anterior à cultura, continua a ser-lhe atribuído um caráter imutável, a-histórico e binário, e por isso capaz de determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Assume-se que não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista (Louro, 2004). Apesar de tudo isto, a sequência é, por algumas e alguns de nós, desobedecida e subvertida, pois não é possível garantir a manutenção desta sequência. A ordem precisará ser reiterada constantemente, com sutileza e com energia, de modo explícito ou dissimulado (Louro, 2004), para que permaneça como ordem.

Não obstante, torna-se crucial participar e promover uma discussão crítica sobre a existência de uma identidade de gênero, mais ainda quando ela se toma como singular, una, coerente, que deve ser construída ao longo do nosso desenvolvimento, que nos remete para a urgência de ser coerente dentro das nossas escolhas e expressões, em detrimento de uma vivência autêntica. Podemos compreender a identidade de gênero como uma identificação interna e subjetiva de cada indivíduo como sendo masculino ou feminino, e como essa identificação se relaciona com os respectivos papéis de gênero - normas de comportamento e aparência socialmente expectáveis para cada gênero, incluindo características adotadas por si e características baseadas no gênero externamente atribuído (Brandão, 2008).

Não estaremos assim a privarmo-nos do potencial da diversidade de experiências disponíveis? A necessidade de conseguir nomear o que somos parece, pois, ter-se tornado superior à necessidade de autenticidade. Encontramos na teoria *queer* a oportunidade de

questionar a categoria de identidade como uma categoria fixa, imutável, coerente e natural – passando a entender a sexualidade e o gênero como construções sociais (Nogueira & Oliveira, 2010). A teoria *queer* não é um quadro interpretativo conceptual ou metodológico, mas uma coleção de compromissos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual (Spargo, 1999). Desta forma, procura sublinhar a centralidade dos mecanismos sociais relacionados com a operação dos binarismos para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença (Miskolci, 2009). Neste sentido, reivindica uma focalização na diversidade de experiências possíveis a cada sujeito, evidenciando assim uma completa descrença nas narrativas essencialistas das identidades (Nogueira & Oliveira, 2010).

Butler consagrou-se talvez a autora mais importante para quem parte à descoberta da teoria *queer*, sendo a sua obra “Gender Troubled: Feminism and the Subversion of Identity” (1990), a mais influente para esta teoria (Spargo, 1999). Butler desenvolveu explicitamente o trabalho de Foucault em relação a teorias de gênero feministas de forma a expor e explorar modelos naturalizados e normativos de gênero da heterossexualidade – adotando o argumento de que a sexualidade é produzida discursivamente, e estendendo-a para incluir gênero (Spargo, 1999). Butler (1990) foi das primeiras autoras a defender que não existe nada de autêntico ou natural no gênero, sendo este uma ficção cultural. Para Butler (1990), o gênero é o contínuo discurso da prática estruturada, atualmente, em torno do conceito de heterossexualidade como a norma das relações humanas. A heterossexualidade compulsória é instalada no gênero através de produções de tabus contra a homossexualidade, resultando numa falsa coerência de gêneros aparentemente estáveis e vinculados aos sexos biológicos “apropriados” (Spargo, 1999). Assim, os estudos *queer* mantêm uma postura de resistência ao presente modelo de estabilidade, demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade natural, colocando até em questão as categorias aparentemente não problemáticas como as de “homem” e “mulher” (Jagose, 1996).

Os sexos biológicos evidenciam diferenças fundamentais, mas evocar uma diferença universal entre sexos é algo cruel (Butler, 2015a). Ao limitar o corpo aos binarismos impostos, às funções reprodutivas, estamos a descartar a possibilidade de o corpo ser “sexuado”, de existir uma vida “sexuada” sem qualquer relação com a reprodução – quando confinamos assim a importância da sexualidade, estamos a dizer que a sua importância é definida por aquilo que é importante como sua finalidade (Butler, 2015a). Sem negar esta materialidade dos corpos, importa enfatizar os processos e as

práticas discursivas que fazem com que aspetos dos corpos se convertam em definidores de género e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos (Louro, 2004). Pois, ao reduzir o corpo à sua materialidade, conformando com uma posição positivista, ignoramos as relações onde o corpo existe, que permitem que ele exista – entendamos o corpo como um campo dinâmico de relações, sempre dependente e interdependente (Butler, 2015a). O corpo não é naturalmente “sexuado”, ele torna-se o que dele se costuma dizer e fazer através de processos culturais que utilizam a produção da sexualidade para estender e manter relações de poder específicas (Spargo, 1999) em que as normas regulatórias vêm indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade e/ou de coerência (Louro, 2004).

A construção da coerência oculta as descontinuidades do género, que se difunde nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, ou a sexualidade em geral, não parece decorrer do género – nos quais, a rigor, nenhuma dessas dimensões de corporeidade significativa se expressa ou reflete (Butler, 1990). Acreditamos que personagens que transgridem o género e a sexualidade podem ser emblemáticos da pós-modernidade, pois a visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, o carácter inventado, cultural e instável de todas as identidades. São significativas, ainda, por sugerirem concreta e de simbolicamente possibilidades de proliferação e multiplicação das formas de género e sexualidade (Louro, 2004). Quando a desorganização e a desagregação do campo dos corpos rompe a ficção reguladora da coerência heterossexual, parece que o modelo expressivo, que pressupõe um *self* verdadeiro sucessivamente revelado pelo sexo, género e desejo, perde a sua força descritiva. Assim, o ideal regulador é denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei de desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever (Butler, 1990).

A coerência é desejada, anelada, idealizada, e essa idealização constitui um efeito da significação corporal (Butler, 1990). Em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas produzem-no na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. São performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por símbolos corporais e outros meios discursivos (Butler, 1990). O género pode ser assim concebido como um efeito performativo experienciado pelo indivíduo como a identidade natural (Spargo, 1999), pois a aparência do género é

frequentemente equivocada como um sinal de uma verdade inerente e interna (Butler, 2015a). Não nos comportamos de determinada forma por causa da nossa identidade de género, nós obtemos essa identidade através desses padrões comportamentais, que sustentam as normas de género (Spargo, 1999).

Esta perspectiva da performatividade do género enfatiza como a experiência subjetiva de cada sujeito se vai (des) construindo a partir das normas do atual regime de heterossexualidade hegemónica ou por oposição e resistência este mesmo regime – como o inevitável desenvolvimento de identidades constantes e imutáveis, assentes num esquema binário e dimórfico, de sujeitos sexualmente diferenciados e heterossexuais (Nogueira & Oliveira, 2010). Apesar do atual “discurso da mudança”, continuamos a ser regulados e condicionados pelos processos de construção de identidades sociais e normas inscritas e incorporadas, estruturas e dispositivos que ultrapassam o nível das vontades individuais (Levy, 2004).

Na perspectiva de Butler (1990), é através da repetição estilizada de atos corporais particulares, gestos, e movimentos que o efeito do género é criado como uma “temporalidade social”. É crucial ter uma visão do corpo como vivo e relacional – é dependente dos *outros*, não existe corpo individual sem existir o *outro*, articulamo-nos como criaturas sociais, e apenas assim podemos ser compreendidos/as (Butler, 2015a). O género é incitado pelas normas que nós materializamos, ou não, ou que materializamos de forma não-expectável. Encontramo-nos, assim, numa constante negociação com as normas (principalmente binárias) e com o seu poder sobre nós (Butler, 2015a). A teoria da performatividade do género nunca diz quais são as expressões de género corretas, quais são as mais aceitáveis, ou até quais são as erradas, pelo que se constitui como uma teoria a-moral (Butler, 2015a). O seu propósito é enfraquecer a influência coerciva das normas na vivência de género – o que não se traduz em transcender todas essas normas – para a possibilidade de viver uma vida mais tolerável e autêntica (Butler, 2015a).

Podemos assim considerar que as propostas teóricas de Butler tem importantes implicações que contribuem na formulação de novas perspectivas de ação política: “[por um lado] usando as armas da teoria crítica, com a atenção focada nos discursos sociais; por outro lado, descentrar a política do *single issue*, pensando não num grupo específico [...] mas em coligações de que o *queer* é um exemplo” (Oliveira, 2015, p. 12). A performatividade de género literalmente destrói o fundamento para movimentos políticos em que o objetivo é a libertação de naturezas reprimidas ou oprimidas, seja de género ou

sexual, mas abre possibilidades de resistência e subversão encerradas pelas e nas políticas de identidade (Spargo, 1999).

1.3 (Im) Possibilidades *Queer*

O ser humano é compreendido de forma diferente dependendo da sua “raça” da legibilidade dessa “raça”, da sua morfologia, do reconhecimento dessa morfologia, do seu sexo, da verificabilidade perçutual desse sexo, da sua etnicidade, ou da compreensão categorial dessa etnia (Butler, 2004). Neste sentido, de acordo com as normas vigentes, certos humanos são reconhecidos como menos do que humanos, e essa forma de reconhecimento não leva a uma vida viável; certos humanos não são sequer reconhecidos como humanos de todo, o que leva a mais uma forma de vida impossível de ser vivida (Butler, 2004).

Não obstante, a norma continua a ser defender o sistema normativo da heterossexualidade compulsória (Rich, 1980) que determina uma supressão da homossexualidade e discriminação das pessoas homossexuais (Oliveira, 2012). A heteronormatividade – uma prática regulatória do sexo, do gênero e do desejo, que estabelece as condições para a inteligibilidade do gênero – constitui assim uma política da verdade (Foucault, 1999) que está imbuída nas relações de poder e que (pré-) define o que contará e o que não contará como verdade. Isto resulta na assimilação de alguns sujeitos na procura de aceitação deste sistema. Assim, surge a homonormatividade, que se refere a práticas e discursos perpetuados por gays e lésbicas que suportam, em vez de resistir, esta heteronormatividade, numa tentativa de assimilação e aceitação social (Duggan, 1994; Holmes, 2012). A aceitação crescente de algumas formas específicas de homossexualidade em prejuízo de outras, nomeadamente o casal gay ou lésbico casado, funciona muito tendencialmente como um indicador do privilégio que detêm aqueles/as que querem e/ou que têm a capacidade de estarem conformes aos modos de ser e aos posicionamentos normativos (Oliveira et al., 2014). Percebemos como a heteronormatividade e homonormatividade têm o poder de delimitar o que é inteligível da cidadania (sexual), fazendo da cidadania uma noção exclusionista. O próprio conceito de cidadania acaba por

ser caracterizado pela exclusão baseada nas normas sexuais e de gênero⁴ (Oliveira et al., 2014).

Assim, podemos entender que a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referencial aos seus corpos – através dos quais os sujeitos são indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura (Louro, 2004). As características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e constituem-se como marcas de poder: a cor da pele ou dos cabelos, o formato dos olhos, do nariz ou da boca; a presença da vagina ou do pênis; o tamanho das mãos, a redondeza das ancas e dos seios são, sempre, significados culturalmente e é assim que se tornam (ou não) marcas de “raça”, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade (Louro, 2004).

Num sentido foucaultiano, a crítica *queer* permite precisamente a des-subjugação do sujeito dentro dos limites das políticas de verdade (Butler, 2004; Santos, 2006). Continuam a persistir algumas questões sobre se e como sujeitos que fogem à heteronorma podem ser representados na legislação, e sobre o que poderia ser considerado como um reconhecimento cultural e institucional suficiente para tais sujeitos (Butler, 2009). Ainda não existe uma resposta satisfatória sobre modos viáveis de organizar a vida política de forma a possibilitar o reconhecimento e a representação desse humano em sentido amplo e (re)conhecido. Qualquer indagação a respeito dessa ontologia exige que consideremos outro nível no qual o normativo opera, isto é, mediante normas que produzem a ideia do humano digno de reconhecimento e representação (Butler, 2009). É, pois, indispensável a busca crescente de formas de compreender o diferencial de poder que distingue entre os sujeitos que serão elegíveis para o reconhecimento e os que não serão. Pois, o cidadão é ele mesmo um “intercâmbio de coligações” ou, de outro modo dito, um “sujeito coligacional” (Butler, 2009, 2015b). Não há um sujeito singular ou multiplamente determinado, mas um processo social dinâmico, um sujeito que é constituído e reconstituído no decorrer do intercâmbio social. Não temos apenas direito a outro estatuto, esse estatuto é determinado e revisto no decorrer da interação social (Butler, 2009).

A teoria *queer* é um caminho promissor para a libertação deste regime de que temos dado conta neste trabalho, promovendo possibilidades de (re)conhecimento das

⁴ Pessoas poliamorosas/ não-monogâmicas; praticantes e/ou apreciadores de BDSM – combinação das abreviaturas B/D (Bondage e Disciplina), D/S (Dominação e Submissão), e S/M (Sadomasoquismo); que se identificam como assexuais; e catalogadas dentro das parafilias, representam alguns exemplos de sujeitos desta exclusão.

experiências subjetivas. Assim sendo, a identidade deixa de ser tida como uma categoria empírica demonstrável para ser considerada alternativamente como processo de des/identificação (Almeida, 2004; Grave, 2016), temos de entender o sujeito como provisório, circunstancial e cindido (Miskolci, 2009). Todos devemos passar por um processo de autodescoberta, apenas acessível se estivermos preparados para ser incoerentes, para experienciar e integrar a diversidade de caminhos e aprendizagens do nosso percurso. Optar por uma identidade ou outra irá sempre implicar o silenciamento ou exclusão de muitas experiências importantes das pessoas (Nogueira & Oliveira, 2010). Será, então, que temos direito a reclamar mais do que um pequeno pedaço da nossa existência? Estaremos, contudo, dispostos/as a fazê-lo, e acima de tudo, a lidar com as repercussões de nos constituirmos mais autêntica e genuinamente no atual contexto social?

O desafio passa a ser compreender como se criam as diferenças e como elas atuam no presente, defendendo uma mais ampla mudança social, já não apenas no sentido de afirmar a “diferença” sexual, mas de lutar ativa e radicalmente contra qualquer forma de opressão (Carneiro, 2006), difundindo o conhecimento necessário para fazer frente aos processos normalizadores que justificam o uso das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão (Miskolci, 2007). Sendo indispensável o reconhecimento de que as categorizações práticas e conceptuais que operam as divisões e distinções, que usamos na auto e heterodesignação, correspondem a lutas de poder, nomeadamente à volta da nomeação e da posição de indivíduos e grupos que emergem sempre num campo que, cedo aprendemos, já nos reservou posições apropriadas (Levy, 2004). Contudo, independentemente de quem ocupa as posições dominantes, o discurso ao qual é urgentemente necessário retirar estatuto de privilégio ou de hegemonia é aquele que passa de uma particularidade para a reivindicação de uma diferença que introduz diferenças na compreensão do mundo (Levy, 2004).

Quando pensamos na teoria *queer* devemos ter em conta algumas considerações que a problematizam criticamente. A ausência de fronteiras fixas para uma ideia de identidade, partilhada ainda pela maioria, e a tendência à identificação da ideia de *queer* com uma experiência masculina, branca, de classe média e gay, parece conduzir a um progressivo desinteresse na diversidade interna de experiências das outras categorias (Oliveira, 2010), levando ainda a um possível reforço do seu estatuto de “minoría”.

A teoria *queer* encontra-se em oposição ao que em cada momento histórico e em cada contexto sociocultural se estabelece como “o normal”, seja a atual dominante

heterossexualidade ou identidade gay/lésbica, sendo definitivamente excêntrica e a- normal (Spargo, 1999). Na recusa da rigidez e da natureza identitária, o termo *queer* apela frequentemente à desconstrução de um sujeito constrangido por noções normativas e binárias de género, de sexo e de sexualidades que, ao mesmo tempo que se reveste de sentido e dá possibilidades de (auto-)identificação por parte de algumas pessoas, pode levar outras pessoas a um sentido de se encontrarem ou terem que posicionar nos confins de um “desvio” que é produto do poder político (Oliveira et al., 2014). Este posicionamento, levou a uma relação complicada entre a teoria *queer* e os estudos Gay/Lésbicos, que acreditam que a teoria *queer* está de alguma forma a encorajar pessoas a negligenciar o trabalho teórico e crítico gay e lésbico (Spargo, 1999), o que para muitos poderá significar a perda da “visibilidade” até ao momento “conquistada”.

Por outro lado, quando consideramos a teoria *queer* como promotora de novas políticas mais justas e humanas, deparamo-nos ainda com outra realidade, pois a falta de um sujeito identificável e uma agenda política (como a que se ocupa dos direitos LGBT) parece tornar-se divergente dessa possibilidade (Nogueira & Oliveira, 2010). As categorias sexuais e de género existem e servem uma função na sociedade, ignorá-las seria ingénuo e perigoso, correndo-se mesmo o risco de deixar de saber distinguir e nomear grupos sociais discriminados (Maia, Louro, & Vitorino, 2009). Contudo, a sua desconstrução e relativização deve sempre acompanhá-las, pois desistir de fazer a sua crítica em nome de uma “visibilidade” aceitável (para a sociedade hetero), é derrotar à partida um projeto que poderia ser emancipatório (Maia et al., 2009). A luta política e a crítica cultural não têm de ser incompatíveis, contudo, em concreto em Portugal, o movimento LGBT mais institucional foca-se no que podemos entender como “a política do possível”, esquecendo-se da variabilidade das condições que evidenciam esse “possível” e acima de tudo, a vontade, visão e cedências dos autores na promoção da “crítica cultural” possível, e da diversidade de opiniões e contributos (Maia et al., 2009).

A teoria *queer* não é uma resposta rápida e concisa e, talvez por isso, ainda não estejamos preparados/as para compreender as suas implicações, não como a solução final para uma sociedade de opressão, mas como uma abertura para as possibilidades quase infinitas à disposição do ser humano. O ser humano tende a procurar nas artes e na loucura, indicações de suplementos onde procuramos um outro sentido e mesmo uma outra verdade, a rasar os limites da racionalidade e da linguagem, pequenas pistas que nos remetem para os contornos fluidos e móveis das subjetividades contemporâneas (Levy,

2004). Mas esta atração pelo que vai além dos limites parece, paradoxalmente, reforçar uma preocupação com tudo o que perturba a serenidade da uma visão unitária, adivinhando-se o desejo de ordem, acompanhado sempre pela sua outra face subterrânea, onde circulam as transgressões que podem sempre aflorar a superfície das nossas certezas (Levy, 2004). Acreditamos, pois, que é por ser distintivamente emancipadora e libertadora que, a teoria *queer* concebe a possibilidade, do ponto de vista (socio) político, de dar visibilidade e protagonismo ao sujeito individual, promovendo deste modo a diversidade (Nogueira & Oliveira, 2010). Os *inputs* dos estudos *queer* na psicologia implicam uma dilatação da complexidade deste campo, permitindo uma perspectiva psicológica que não abdica de estudar as formas complexas pelas quais os indivíduos e as ordens sociais estão profundamente ligadas (Oliveira et al., 2014)

A presente revisão da literatura procura enfatizar a necessidade de estudar, mais aprofundadamente, o questionamento sobre as vivências subjetivas, relacionais e sociais (ideológica e cultural) dos binarismos/normas de gênero. Pois, no nosso dia a dia, assistimos à produção de discursos de senso comum com uma aura de cientificidade, de forma a corroborar as posições, ações e significações, sendo que, apenas em casos particulares, é reconhecido que, aquilo que se considera evidente, afinal pode não sê-lo (Levy, 2004).

2. Metodologia

2.1 Objetivos de Investigação

Pretendemos com este trabalho questionarmo-nos sobre como são as vidas de pessoas que não se identificam com o binarismo de género, e assim desvelar concepções discursivamente diferentes surgidas a propósito destes binarismo/normas (Objetivo 1), contribuindo para o entendimento destas diferentes concepções (Objetivo 2). Trata-se também de tomar conhecimentos das diferentes produções discursivas por parte desta população desafiante a respeito das suas vivências (Objetivo 3), reconhecendo de forma mais compreensiva os constrangimentos e obstáculos, e benefícios e liberdades vivenciadas nos trajetos de vida ao nível subjetivo, pessoal e social que marcam estes binarismos (Objetivo 4). Temos ainda como objetivo a possibilidade de lançar algumas pistas para uma intervenção psicológica clínica mais desconstrutiva e compreensiva – não apenas para uma população ainda considerada “transgressora”, mas para qualquer pessoa que procure ajuda relacionada com as vivências aqui analisadas, encontrando um lugar seguro e livre de opressões, um lugar com potencial transformativo. Em suma, um lugar psicoterapêutico diferenciado, diversificado e diversificador (Objetivo 5). De igual modo, pretendemos explorar possíveis implicações ao nível educacional (Objetivo 6).

2.2 Participantes

As/os participantes deste estudo são pessoas que questionam o binarismo/normas de género, seja porque não se identificam com o binarismo de género, seja porque se identificam com o não-binarismo de género. O recrutamento foi realizado por conveniência e recorrendo, num primeiro momento, a informantes privilegiados/as que indicaram as primeiras pessoas entrevistadas (com permissão das mesmas) e, num momento seguinte, recorrendo ao método bola de neve – em que as/os participantes iniciais indicaram novas pessoas para participação que, por sua vez, indicam novas pessoas e assim sucessivamente. Este recrutamento foi guiado pela intenção de procurar sujeitos de diferentes idades/faixas etárias e habilitações literárias/nível socioeconómico, de forma a ser sensível à interseccionalidade das suas vivências, pois muitas vezes, quando as pessoas são "não prototípicas" em múltiplos grupos sociais podem tornar-se invisíveis e esta invisibilidade

torna-se exclusão, com consequente não-representação e marginalização (Nogueira, 2013). Deu-se por finalizado o recrutamento quando foi considerado ter-se alcançado saturação teórica, ou seja, quando os dados recolhidos, na perspetiva dos/as investigadores/as, não acrescentavam informação significativa para completar a reflexão teórica, tendo em conta os presentes objetivos e a questão de investigação (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008).

Foi concebido um pedido de colaboração no estudo (cf, Anexo 1), em que se explicou os objetivos do estudo e qual o âmbito da participação no mesmo, sendo que as/os participantes foram contactados através do seu correio eletrónico. Assim, foram entrevistadas oito pessoas com idades compreendidas entre os 19 e os 51 anos. A Tabela 1 sistematiza a caracterização dos/as participantes.

Tabela 1.

Dados Sociodemográficos dos participantes

Participante	Idade	Auto-identificação		Escolaridade
		Sexo	Género	
T86	19	Feminino	“Os dois”	12 ^a ano
D97	23	Masculino	Masculino	12 ^a ano
L92	23	“identifico-me com ter um útero porque o sinto todos os meses”	“Pessoa não-binária, demiboy, whatever...”	Licenciatura
N81	24	Feminino	“a questionar!”	Licenciatura
G99	26	Não tenho	Não tenho	12 ^a ano
G91	40	Masculino	“um homem feminino”	Bacharelato
P98	51	Homem	Homem	12 ^a ano
B83	53	Masculino	“um bocadinho de cada”	Licenciatura

2.3 Método de recolha de dados

A metodologia qualitativa pareceu-nos ser a mais apropriada para a recolha de informação tendo em conta que se trata de um estudo exploratório, e devido às temáticas abordadas das vivências pessoais, relacionais e culturais serem de uma grande complexidade de conteúdos, e de foro experiencial muito subjectivo para serem passíveis de serem estudados através de uma metodologia quantitativa. Sendo que a maior parte da investigação qualitativa tem como objectivo descrever formas e processos de relação entre categorias do fenómeno e dos temas e unidades de significado relevantes destas relações, o

que torna a investigação qualitativa mais aberta para o fenómeno emergente do que a investigação quantitativa, em que o trabalho é guiado por hipóteses determinadas *a priori* (Shields, 2008). Assim, importa aceder a dados que são palavras, num campo crítico e experiencial (Braun & Clarke, 2013), apreender a qualidade e a textura das experiências, deter significados (Willig, 2010), assumir a subjetividade e reflexividade inerentes, considerando o (s) contexto (s) que os/as participantes integram (Neves & Nogueira, 2005).

Desta forma, e tendo também em conta a questão de investigação e os nossos objetivos, a entrevista revela ser a melhor técnica de recolha de informação, pois corresponde a um instrumento flexível, que possibilita ao entrevistado o desenvolvimento da sua visão sobre o fenómeno ou processo estudado (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006). Em particular, escolhemos utilizar a entrevista semiestruturada pois representa um tipo de entrevista que permite flexibilidade ao/à entrevistador/a para explorar os temas e auxiliam a manter a conversação na linha de raciocínio do guião de entrevista (Clifford, Cope, French, & Gillespie, 2010). Assim, as entrevistas semiestruturadas providenciam uma bússola que orienta o entrevistador em torno do processo de interação com o entrevistado, evitando que ambos se distanciem dos temas centrais (Taylor, Sinha, & Goshal, 2008). Neste sentido, foi cuidadosamente produzido o guião da entrevista, sendo um instrumento crucial desta investigação. Ao longo da produção deste guião, foram realizadas 5 entrevistas-teste (tendo sido procurado sujeitos com diferentes habilitações literárias, diferentes faixas etárias e sujeitos minimamente conhecedores das implicações dos (não) binarismo de género). Cada entrevista revelou-se um momento de importante reflexão e discussão com pares que, conseqüentemente, levaram a reformulações consideradas pertinentes. Este processo foi indispensável na avaliação e incremento do grau de entendimento da semântica das questões que foram sendo elaboradas até à versão final, que se prolongou até as/os investigadores/as considerarem ter alcançado o guião mais adequado à presente investigação e correspondentes objetivos (cf. Anexo 2).

O primeiro momento da entrevista corresponde à entrega de um consentimento informado de participação em investigação (cf. Anexo 3), com informações sobre o estudo, tendo sido também assinado um compromisso de confidencialidade por parte da investigadora no que diz respeito à recolha e tratamento dos dados (cf. Anexo 4). As entrevistas foram realizadas em diversos locais, acordados entre a investigadora e os/as participantes, a sua maioria em salas da FPCEUP, sendo sempre assegurado que a

condução da entrevista não fosse interrompida, para que o/a participante se sentisse o mais seguro e confortável possível.

2.4 Método de análise de dados

O procedimento utilizado na análise dos dados recolhidos foi análise temática, com base nas propostas de Braun e Clark (2006), por ser a abordagem mais congruente com os aspectos teóricos bases deste trabalho de forma a enfatizar as idiossincrasias de cada participante, permitindo-nos analisar os discursos na lógica interseccional pretendida.

O quadro teórico subjacente ao presente estudo aproxima-se da abordagem construcionista social. A posterior análise seguiu as seis fases propostas por Braun e Clarke (2006). Após a realização das entrevistas, deu-se início à análise dos dados através da *Familiarização com os dados* – a transcrição das entrevistas inicia este processo, tendo sido complementado pela leitura e releitura dos dados até começarem a surgir padrões de significado. Assim, prosseguimos com a *Produção dos códigos iniciais* – em que inicialmente foi criada uma lista de informações que parecem mais relevantes e tendo em conta os nossos objetivos, que foram progressivamente reunidos em códigos, ou seja, unidades base de conteúdo. Na terceira fase, a *Pesquisa de temas*, foram agrupados os vários códigos em unidades maiores de análise e com significados mais abrangentes – os temas.

Na quarta etapa, passámos à *Revisão dos temas*, em que foi reforçada a consistência lógica para o agrupamento dos códigos emergentes em temas mais amplos, e que levou à realização do mapa temático da análise (cf. Anexo 5). A quinta etapa, *Definição e nomeação dos temas*, mostrou-se também bastante trabalhosa, em que se aprimorou as especificidades de cada tema, para que as definições e os nomes dos temas pudessem ser exemplificativos e claramente ilustrativos dos conteúdos que os integram. A etapa final refere-se à *Redação do relatório*, em que se organizou e redigiu os resultados em formato escrito, utilizando excertos mais significativos e apelativos em termos da sua integração e menção na análise, possibilitando enriquecer a narrativa da história subjacente aos dados recolhidos sobre as experiências dos/das participantes (Braun & Clarke, 2006, 2013).

3. Análise e discussão de resultados

Nesta secção são apresentados e discutidos os resultados da análise temática. O processo analítico levou à emergência de quatro temas: (i) a *experiência não-binária*, que se ramifica em três subtemas – pessoal, relacional, e social; (ii) *conceções de género*, que se ramifica em quatro sub-temas – composição, espectro, construção, e significação; (iii) *“Sem um lugar que seja seu”*; e (iv) *contemplação da diversidade humana*. Durante este processo foi possível identificar um organizador central, através do qual se estabelecem as relações temáticas permitidas pelo trabalho de análise e tornadas inteligíveis por este trabalho (Braun & Clarke, 2013). Este processo analítico permitiu organizar os temas e subtemas em função deste organizador central, que se encontra ilustrado na Figura 1 pelo mapa temático da análise.

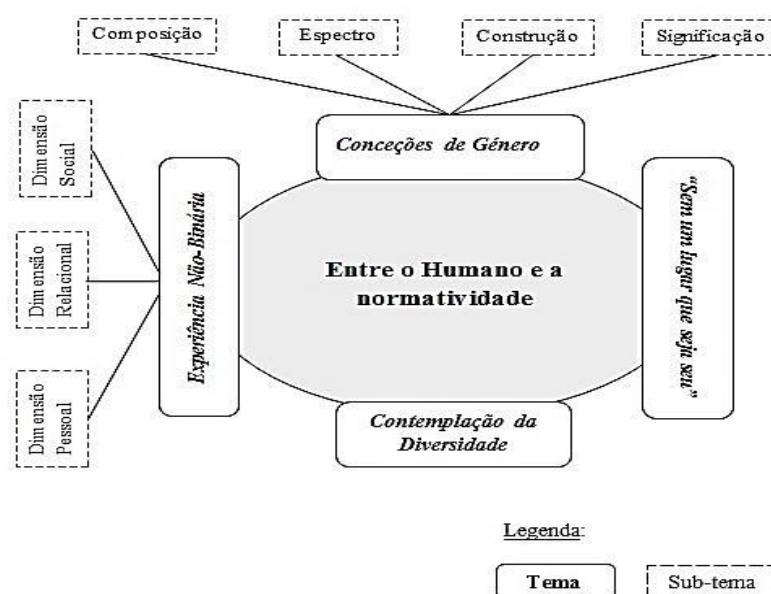


Figura 1. Mapa temático da análise

3.1 Experiência não-binárias

A presente análise permitiu-nos alcançar uma caracterização compreensiva de como pessoas que não se identificam com o binarismo de género experienciam esta transgressão, reconhecendo constrangimentos e obstáculos, bem como benefícios e liberdades vivenciados nos trajectos de vida ao nível subjectivo, pessoal e social que se inscrevem destes binarismos. Assim, nomeamos este primeiro tema de experiência não-binária. Este tema problematiza a experiência não-binária evidenciando-a como complexa,

desafiante e idiossincrática, assim como, a diversidade de agentes que podem moldar os diferentes caminhos experienciais escolhidos pelas/pelos participantes. Aprofundando o presente tema, que se sustenta por três sub-temas distintos da experiência humana: dimensão pessoal, dimensão relacional, e dimensão social.

3.1.2 Dimensão Pessoal

No que diz respeito à experiência pessoal dos sujeitos, surgem relatos que evidenciam que quando começam a surgir reflexões sobre a quebra das expectativas de género, a primeira reacção tende a ser uma negação auto-imposta. A actual sociedade continua a representar um contexto de opressão para qualquer sujeito que desafie as normatividades impostas, que ocasionalmente acaba por traduzir-se numa forma de vergonha. Sendo próprio dos regimes de normatividade, como se disse na primeira parte desta tese, a imposição de formas estreitas e limitadas de vivência social dos géneros e das sexualidades, percebe-se que, por implicação, a pessoa tenda a internalizar os efeitos deste regime, nomeadamente essa vergonha (Costa et al., 2010). Pode existir um momento precoce em que reconhecem que se encontram fora da norma heterossexual – atribuindo-lhe o cariz normativo sem (competências para) desconstruir e questionar essa norma – devido a crenças sobre a sexualidade humana como algo estanque e imutável (Costa, Oliveira, & Nogueira, 2010):

“ (...) é melhor não pensar nisto, e não tentar resolver isto... como é que as pessoas vão reagir, e (...) essa necessidade de ser aceite e pertencer a um grupo e ter achado que por isso não poderia, ou não deveria continuar o processo de... procura e descoberta” (N81)

“ (...) identificava-me com aquilo que via, que era um menino! Mas também tinha noção que não era bem isso, que havia coisas que me invalidavam nessa categoria... aos nove anos [...] comecei a deixar crescer o cabelo e a tentar comportar-me de outra maneira e a tentar apresentar-me de outra maneira, porque era suposto nessa altura que me adaptasse a um outro modelo de estar” (L92)

Assim, quando dão início a um caminho de procura e descoberta de novas possibilidades de existir, a maior parte dos/das participantes relata a experiência de não-identificação/ de desidentificação com as categorias de género socialmente disponíveis (Grave, 2016). Como sempre se entenderam delimitados pelas normas vigentes, o esforço para viver de forma a manter uma relação crítica e transformativa com essas normas, pode ser doloroso e até intolerável – pois o “eu” torna-se, até um certo ponto desconhecido, ameaçado com a indisponibilidade, com tornar-se desintegrado (Butler, 2004). Surge

destacadamente nos discursos em análise um sentimento de que sem reconhecimento a existência é impossível, embora os sujeitos também sintam que os termos nos quais o reconhecimento acontece tornam a sua vida intolerável (Butler, 2004):

“ (...) comecei a questionar seriamente (...) tinha uma noção muito a preto e branco das coisas, uma noção de que isto é que é ser homem e isto é que é ser mulher... e é ali pronto uma altura de grande confusão, (...)e a dada altura foi eu não consigo, I can’t deal with this right now (...)” (N81)

Outro tema importante decorrente da experiência subjectiva da quebra de expectativas de género prende-se com a relação com o corpo, de acordo com o que teoricamente foi explorado mais aprofundadamente na primeira parte desta tese. Apesar de não ser contestado que o corpo se transforma ao longo da vida, continua a ser reiterado como norma e como verdade que tal transformação deve seguir uma direcção única e legítima – para que o corpo adquira os atributos próprios do seu género e que desenvolva uma sexualidade tendo como alvo o pólo oposto, ou seja, o corpo diferente do seu (Louro, 2004). Desta forma, alguns/algumas participantes relatam diferentes experiências na relação com e na significação do seu corpo, sobressaindo por vezes como o principal contribuinte para o questionamento do binarismo de género quando a considerada direcção legítima de transformação do corpo não traduz a sua experiência pessoal:

“ Assumir quem era, vergonha do meu corpo... e ainda é um bocado, eu sou um bocado envergonhada por causa disso” (D97)

“ [com 8 anos] quero tirar a camisola, mas ‘não podes porque não és um menino’, mas posso, porque é que não posso? O que é que distingue, não andamos aqui a baixar as calças uns aos outros para saber quem é que pode e quem é que não pode...” (L92)

Contudo, alguns/algumas participantes no decorrer da sua experiência não-binária tornaram-se mais críticos desta sequência, passando a entendê-la como não sendo natural nem segura, muito menos indiscutível, sendo que é constantemente desafiada e subvertida (Louro, 2004). Assim, relatam que progressivamente re-significaram a sua relação com o corpo:

“ (...) muita gente que se vê como rapaz num corpo de rapariga vê-se como recipiente, eu comecei a ver o meu corpo como uma coisa que eu tenho de gostar sem ser uma prisão, o meu corpo não pode ser uma prisão mas tem de ser algo com que me sinta confortável (...) o corpo deve ser a nossa protecção. E eu não sentia isso, eu sentia como se fosse uma prisão.” (T86)

Neste sentido, para a maior parte dos/das participantes que se depararam com a incompatibilidade das suas vontades e desejos de se experienciar para além do binarismo

de género e as expectativas externas, surgiu na análise dos discursos uma diversidade de processos de subjectivação, na construção de um lugar de identificação pessoal:

“ (...) estou à procura (...) daquela definição em que eu encaixo (...) mesmo que crie uma definição minha, (...) porque no limite a definição de homem e de mulher e do que quer que seja acaba por ser pessoal para cada um, depende um bocado das vivências das pessoas...” (N81)

“Eu acho que... acho que cada pessoa faz sentido para si própria” (L92)

Estes processos de subjectivação são fulcrais para que os/as participantes alcancem a auto-aceitação em detrimento de forçarem a assimilação às forças externas na procura de um lugar de reconhecimento. Este lugar de aceitação pela distinção e não pela reprodução das normas é visto como uma conquista marcante:

“Para mim a minha maior conquista foi poder perceber o que sou, porque eu acho que a partir do momento que perceber aquilo que és e te aceitas como és, tu ficas muito relaxado, ficas em paz contigo próprio, e isso é muito bom...” (T86)

Importa aqui reflectir que nenhum sujeito pode surgir sem se diferenciar do outro: um sujeito surge mediante um processo de descarte daquilo com que não se identifica das categorias disponíveis, de como identifica outros sujeitos, abordando aquelas dimensões de si mesmo que não se conseguem conformar às figuras distintas produzidas pela norma a respeito do sujeito humano (Butler, 2009). A diferença não condiciona apenas de antemão a afirmação da identidade; mais do que isso, tal diferença é entendida por estes sujeitos como mais fundamental do que a identidade (Butler, 2009). Torna-se crucial interrogar os termos pelos quais a vida é constrangida de forma a abrir-se a possibilidade de diferentes modos de vida; noutras palavras, não celebrar a diferença como tal, mas estabelecer condições mais inclusivas de acolhimento e manutenção da vida que resiste a modelos de assimilação (Butler, 2004).

3.1.3 Dimensão Relacional

Os/as participantes relatam experiências distintas ao nível relacional, também no que diz respeito à sua identificação não-binária do género. Num primeiro plano, ficou claro algum consenso no que diz respeito à angústia experienciada aquando da possibilidade de revelar os seus questionamentos de género aos seus pares e familiares, sendo que este medo da reacção dos outros chegou a adiar, e a impossibilitar ainda, a vivência autêntica:

“ (...) mesmo pensar que a minha família não me poderia aceitar como eu sou, eu acho que é uma coisa que mete medo, e magoa a muita gente, é pensar que as pessoas que te criaram, as pessoas

que consideras mais próximas nunca te poderão ver como tu és (...)e não como aquela pessoa que queriam que tu fosses.” (T86)

“ (...) é um bocado mais complicado, eu tenho medo de falar, é a única pessoa que eu tenho medo de falar. Temos uma relação muito perto, mas tenho muito medo” (D97)

Muitas vezes este medo foi posteriormente corroborado, tendo sido relatados inúmeros episódios de rejeição, que passam pela não-legitimação das suas experiências de género até à ostracização:

“ (...) à custa de não conseguir integrar-me nesses comportamentos base, acabei por passar, à volta de 11 anos, sem conseguir socializar com ninguém, fui vítima de bullying e não consegui mesmo fazer amizades...” (T86)

“ (...) na adolescência, às vezes sentia-me um bocado mal, como disse às vezes gozavam um bocado comigo ou por ter o cabelo comprido (...) eu era um bocado a aberração no liceu... e por me acharem um bocado efeminado e com todas as implicações que isso tinha num contexto de gozo adolescente...” (G91)

Os/as participantes também caracterizaram o primeiro impacto da partilha destes seus questionamentos a pessoas mais próximas, e na sua maioria relatam a necessidade de adoptarem uma espécie de papel de educação sobre essas pessoas. Para alguns/algumas participantes é até entusiasmante poderem promover a diversidade de concepções e vivências de género:

“ (...) acho que há muita gente às vezes à espera de uma conversa destas só para saberem mais alguma coisa que elas não estão a compreender (...) falo destas questões sempre que é pertinente esclarecer uma existência que ainda não é assim tão óbvia para a maior parte...” (L92)

“ (...) esforcei-me bastante para tentar explicar às pessoas como é que funcionava, e acabei por conseguir [...] mudar a mentalidade de algumas pessoas, o que é muito bom, eu percebi que [...] ao conseguir convencer que a sociedade está errada, estou a ajudar essas pessoas e as pessoas que essas pessoas possam encontrar no futuro...” (T86)

Por outro lado, e por oposição a este “entusiasmo”, outros/outras participantes, apesar de compreenderem a grande falta de informação e discussão sobre géneros não binários, consideram este papel de educador como sendo desmoralizante, pois continuam a sentir que é necessário legitimar a sua existência por esta quebrar as expectativas da norma instituída:

“ (...) se as pessoas não conhecem, não percebem nada do que estás a falar, é assim (...) tu tens de fazer um bocado o papel de educador, e tens de explicar e ok e se calhar eu vou-te mandar umas coisas, uns links e assim... e por um lado é assim, eu entendo, mas por outro eu gostava de não ter de fazer este trabalho!” (N81)

Apesar da diversidade das experiências dos/das participantes no que diz respeito ao nível da partilha destes questionamentos com as pessoas mais próximas, todos mencionam a existência de alguma rede de suporte:

“ (...) [Estou] à vontade com a minha família, com a parte da minha namorada completamente, aceitam-me muito bem e a mãe dela também.... Muito à vontade mesmo, isso sim.” (D97)

“ (...) foi ela [companheira] que acaba por me empurrar, e ainda bem, não é? (...) porque na verdade ela sentia que era esse o meu prazer, o meu desejo, era o que eu queria fazer (...) e é apoiante incondicional daquilo que eu faço, ajuda-me, é ela que me compra as coisas... vamos comprar as roupas juntos” (P98)

As relações humanas mostram-se como fundamentais para a experiência humana mais autêntica, precisamos de outros sujeitos para nos (re)conhecermos, e a fabricação cuidada de espaços seguros, de aceitação e reconhecimento é fulcral para os/as participantes conviverem mais facilmente com a incerteza e indefinição identitárias (Brandão, 2009).

3.1.4 Dimensão Social

Ao nível social, permanece a suposição de que todos/as tenhamos que fazer as mesmas “escolhas”, seguir trajetórias de vida pré-concebidas – e.g., de casar, ter filhos – que se apresentam simultaneamente como ideias e ideologias que privilegiam a heterossexualidade em detrimento de todas as outras orientações sexuais (Costa et al., 2010), como amplamente fomos explorando na parte teórica deste trabalho. Este grau de institucionalização de expectativas continua a marcar pela impossibilidade as vivências fora da heteronorma (Costa et al., 2010). Assim, os/as participantes relatam a presença constante no seu dia-a-dia da pressão de expectativas pré-determinadas sobre o género e de uma definição inteligível globalmente, reforçando o combate constante com estas pressões externas:

“se tu estás a questionar a coisa,[...] mas tu já sabes? que és homem, ou que és mulher, ou que és o quê? Porquê? E porque não? (...) Mas nunca foste assim? Mas não vi sinais nenhuns! (...) querem logo uma definição logo à partida (...) é complicado de explicar que não há ainda nenhuma explicação(...)) Lá está a necessidade de as pessoas arranjamem caixinhas para por as outras pessoas, e as coisas e tudo, porque é mais fácil compreender...” (N81)

Em contrapartida, foi surgindo também uma problematização diferente no que diz respeito à quebra das expectativas das normas de género. Como tem sido abordado ao longo do presente trabalho, existem determinadas instâncias, como as ciências biomédicas e a psiquiatria, a escola e os controles familiares que continuam a promover a negação de

todas as sexualidades errantes, mas, na realidade, acabam por funcionar como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. (Foucault, 1976/1999). Assim, parece existir um prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, revela; mas também parece existir um prazer que se incandesce por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo (Foucault, 1976/1999). Alguns/algumas participantes relatam como encontram prazer na subversão de expectativas de género, seja pela novidade, seja pelo choque provocado:

“ (...) eu costumo dizer eu gosto tanto de mulheres que eu queria ser como elas... pronto, de me vestir como elas. Mas só de vez em quando! Se não perde o encanto, no meu ponto de vista, perde o encanto” (P98)

“ (...) a ideia de estar a perverter uma expectativa também é minimamente interessante (...) a questão da afronta tem algum interesse (...) começa por ser uma questão pura e simplesmente de uma pessoa se embelezar (...) se calhar é andar arranjado de uma maneira que ainda não é muito expectável que um homem ande” (G91)

Contudo, muito destes momentos de transgressão são circunscritos a lugares que os/as participantes consideram seguros. A determinação dos lugares sociais dá-se a partir de padrões de referência normativos que classificam os sujeitos (Louro, 2004), tendo por base a operação de poder, que não é assegurada por direito, lei, ou punição, mas pela normalização, controlo, e métodos que são aplicados a todos os níveis (Foucault, 1989, 1975/1999). Desta forma, como foi extensamente abordado na introdução teórica, certas características dos corpos são significadas como marcas pela cultura que distinguem sujeitos e constituem-se como marcas de poder (Louro, 2004). Assim, o enquadramento binário, actual padrão normativo de referência, permite que grupos dominantes policiem as categorias de forma a certificarem a sua segurança (Holmes, 2012).

Tendo em conta estes limites das políticas de verdade que subjagam o sujeito (Butler, 2004) percebemos como persistem dúvidas de como reconhecer sujeitos que fogem à heteronorma, e até que forma este reconhecimento precisa de ter ao nível institucional, legal, e cultural (Butler, 2009). As relações de poder que definem o que conta e o que não conta como verdade, acabam por se traduzir em conceptualizações e construtos restritos da violência que limitam a nossa habilidade de ver, imaginar, antecipar certas formas de violência, bem como algumas estratégias para nossa segurança (Holmes, 2012). Esta falta de reconhecimento que promove a legitimação da violência contra formas de expressão não-normativas, promove nas/nos participantes comportamentos de *self-policing* – em que se submetem a alterações, desde pequenos acessórios até à sua expressão total de

género, de forma a passarem despercebidos e, assim, sentirem-se seguros no seu quotidiano:

“ (...) a questão de ter brincos sempre foi só para as mulheres, e eu furei logo as orelhas (...) mas quando vou para a discoteca tenho de tirar, porque sei que é motivo de olhar e me desconforta no sentido de poder... são capaz de ser mais brutos por ires com brincos do que por ires com uma camisola cor-de-rosa” (G99)

“ (...) se calhar passo os dias a seguir com as unhas pintadas, mas se no dia a seguir for dar aulas, claro que tiro o verniz das unhas, e não devia de ter de tirar... ou se calhar não tenho, mas não devia achar que tenho de tirar, mas acho... até é uma auto-repressão.” (G91)

“ (...) às vezes escondo o que sou e até visto uma roupa um bocado mais feminina só para não me criticarem” (D97)

A análise destes dados dá a perceber o quão exaustivo é lidar diariamente com a luta pelo reconhecimento, enquanto os sujeitos lidam com ameaças à sua integridade física e psicológica, a tal ponto que muitas vezes optam por ceder às pressões. Assim, a análise destes discursos tornou manifesto que a maioria dos/das nossos/nossas participantes sentem que a sua experiência não tem valor, sendo recorrentemente invalidada:

“ (...) eu diria que esta incompreensão do não-binarismo (...) do não monossexismo... ou seja, a heteronormatividade no geral é um grande problema. É um grande problema, porque as pessoas esquecem-se que tudo o resto pode ser válido também” (L92)

“ (...) assumi que a negação dela era: eu não quero uma filha assim, eu quero uma filha o estereótipo da sociedade [...], eventualmente criei uma ideia na minha cabeça de que quando crescer vou ser um homem, porque a assim a minha mãe vai aceitar-me, toda a sociedade vai aceitar-me [...] Apesar de eu continuar a gostar de me ver como rapariga” (T86)

Quando optam por reivindicar a autenticidade da sua experiência de género não-binária acabam muitas vezes por sentir que se rebelam contra normas de género:

“ (...) Andar sem t-shirt numa praia... (...) Sair à noite com um bigode pintado e com maminhas é completamente desestabilizador para qualquer ambiente, a menos se for os ambientes seguros que eu circulo” (L92)

“ (...) para aí metade dos meus amigos (homens) cumprimento com um beijo, dou abraços aos meus amigos, e etecetera (...) portanto, se calhar em termos desses modelos mais empedernidos que ainda resistem se calhar há essa questão de ser um homem que não tem problemas em mostrar carinho físico, que supostamente era uma coisa que é o lado da mulher” (G91)

Compreende-se, deste modo e uma vez mais em consonância com o que a revisão de literatura realizada na parte teórica deste trabalho, que a experiência não-binária é continuamente regulada e influenciada pelas normas sociais que ditam o que vale como humano (Butler, 2009; Louro, 2004). Assim, indivíduos percebidos como transgressores

das fronteiras de género são entendidos como menos humanos ou deslocados desse ponto de reconhecimento. Denote-se como o papel das normas é fundamental para originar esse processo de reconhecimento e que, ao mesmo tempo, tem implicações na maneira como as vidas podem ser vividas no quadro de uma sociedade com este tipo de regulações (Oliveira, 2012).

3.2 Conceções de Género

Como temos vindo a refletir no tema anterior, a experiência não-binária é muito complexa e diversificada por ser subjetiva. Assim, o discurso deste grupo de participantes permitiu-nos desvelar concepções discursivamente diferentes surgidas a propósito de binarismo/normas de género que problematizamos no presente tema: concepções de género, que é sustentado por quatro subtemas: composição; espectro; construção; e significações.

3.2.1 Composição

Numa primeira abordagem, a análise realizada permite perceber que os/as participantes optam inicialmente por enumerar elementos distintos como sendo identificativos das suas noções de “homem” e de “mulher”, contudo, acabam por interrelacioná-los de diversas formas, atribuindo diferentes pesos para a identificação de género a cada elemento. Um dos elementos considerados pertinentes é o vestuário, dadas as possibilidades de, através dele, identificar o género de outrem, bem como também através dele permitir aos sujeitos escolher como exprimir-se em relação ao género:

“... para mim se eu sou uma rapariga ou um rapaz hoje em dia é se eu visto umas calças ou se visto uma saia, comecei a ver a diferença por aí, (...) mas para mim foi a assimilação que eu fiz... Se me apetecer ser um rapaz hoje, eu vou ser um rapaz hoje e como é que eu vou mostrar à sociedade que sou um rapaz hoje? Vou vestir-me como um rapaz, para a sociedade saber que hoje a S. é um rapaz.” (T86)

Também foi muito realçado o comportamento e/ou a postura como um possível componente, evidenciando que socialmente alguns comportamentos são genderizados, ou seja, mais típicos de “homem” e/ou de “mulher”:

“A menina não pode estar à vontade com o seu corpo, estar de pernas abertas, (...) o menino pode estar porque está de calças não mostra a parte genital não é, portanto está ali à vontade perninhas abertas e as meninas têm de estar de perninhas fechadas...” (B83)

Assim, surgem algumas reflexões sobre como as normas de género manipulam os corpos e as suas possibilidades. O corpo é recorrentemente utilizado na conceptualização de género, mesmo quando os/as participantes criticam o peso que pode ter nessa conceptualização, é reforçado que não pode ser negado o seu impacto na experiência humana, e em particular, na experiência não-binária. Considerando que não existe corpo que não seja dito e feito na cultura, os corpos ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial, a significação que se lhes atribui é arbitrária, relacional e é, também, disputada. Para construir a materialidade dos corpos e, assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de género e de sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas (Louro, 2004).

Contudo, essas normas são invenções sociais que alguns sujeitos repetem e reafirmam e outros procuram escapá-las:

“Nota-se muita diferença de uma mulher para um homem... A mulher tem peito, coisa que eu não quero, quero tirar... é diferente.” (D97)

“Na verdade, pensando eu como homem não tenho seios, tenho pénis, não tenho vagina ... isto leva-me a sentir o meu corpo de determinada maneira, que uma mulher com vagina, com seios tem uma relação com o corpo diferente... tem menstruação” (B83)

Neste seguimento, também se refletiu sobre o impacto que a genitalidade continua a ter na conceptualização do género, seja na definição social do género binário como binário, seja na forma como essa identificação molda o caminho percorrido pelos nossos/nossas participantes. O “sexo” ainda é muitas vezes entendido como anterior à cultura, sendo-lhe atribuído um carácter imutável, a-histórico e (também ele) binário que despoleta uma espécie de viagem: supostamente deve seguir determinado rumo ou direção (Louro, 2004). Com efeito, os/as participantes apontam que apesar do conceito de sexo continuar a ter este peso na construção das suas subjetividades, é possível subverter e escapar estas normas, não impedindo de entender o género como um conceito mais abrangente e multivariado:

“Mas nasce-se como mulher, não é?, a gente não escolhe como é que nascemos...” (D97)

“É assim que se catalogam as crianças quando nascem, (...) imagina que eu nascendo mulher me identifico como sendo homem e depois... e lá está, mesmo a mudança física, eu posso querer ou não fazer a mudança de sexo não é... portanto, não! Eu posso- me identificar de uma maneira, mas ter outro sexo biológico.” (N81)

A identificação de alguém como sendo “homem” e/ou “mulher” foi problematizado por Judith Butler (1993), como se tratando de mais do que uma mera descrição, podendo ser compreendido como uma definição ou decisão sobre um corpo. Sendo que esta

asserção desencadeia todo um processo de “produzir” esse corpo como “feminino” ou “masculino”, com uma base, sempre ficcional e fictícia, em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais (Louro, 2004).

3.2.2 Espectro

Os/as participantes desenvolveram também um olhar crítico sobre o processo de masculinização ou de feminização com o qual teriam de se comprometer à nascença, de forma a se qualificarem como um sujeito legítimo, como um “corpo que importa” (Butler, 1999). Desta forma, a maior parte dos/das participantes entende o género mais como um espectro composto por uma grande diversidade de géneros, não o aceitando como um conceito único. A problematização do género como um espectro passa, assim, pelo estabelecimento dos extremos do espectro como correspondendo a arquétipos perfeitos das expectativas binárias, ou seja, os estereótipos de género:

“ (...) claro que há aquela coisa, porquê que existem as caixinhas e os estereótipos? Porque alguém entra neles, porque senão não existiam, e porque as pessoas também têm um bocado a necessidade de catalogar um bocado, ok mas se calhar duas caixas é uma catalogação um bocado... restrita!”
(N81)

Os sujeitos defendem que, depois de estabelecido esses polos, por definição sempre extremados e extremistas, a masculinidade e a feminilidade não são atributos nem permanentes nem rígidos dos corpos masculinos e femininos, existindo uma grande diversidade de modalidades de se fazer masculinidades e feminilidades – cada uma destas com os seus respetivos contextos sociais e históricos que constroem tal fluidez (Oliveira et al., 2014). Assim, postulam que a maior parte das pessoas não se encontra nesses polos, existindo para além do binarismo expectável, possibilitando infinitas combinações:

“... eu que já penso no género como uma coisa assim mais abrangente, mais como um espectro, que as pessoas não precisam de se apresentar de uma certa maneira para se sentirem da maneira como supostamente... não precisa de ligar o aspecto que elas têm com aquilo que sentem, e pronto...”
(N81)

“ [as masculinidades e as feminilidades] são diferentes combinações das mesmas coisas, em graus diferentes, não têm de ser opostas... Não acho que seja sensibilidade para um lado e falta de sensibilidade para o outro...” (L92)

3.2.3 Construção

Tendencialmente, os sujeitos entendem o género como tratando-se de algo que é construído ao longo da vida, e não determinado pela identificação dos genitais à nascença.

Assim, e como fomos sustentando na parte teórica deste trabalho, a identificação do sexo de alguém não consegue garantir o cumprimento das regras sociais, por muito que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas: haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos, pois a imprevisibilidade é inerente ao percurso (Louro, 2004). A sequência sexo-gênero-sexualidade não é assegurada nem determinada, pois não pode ser decidida e determinada à nascença, a ordem tem de ser reiterada constantemente, de modo explícito ou dissimulado. Não obstante, continua a ser passível de ser desobedecida e subvertida, abrindo o leque de possibilidades para o sujeito se construir (Louro, 2004).

Na problematização desta construção surgiram algumas considerações face à possibilidade de existirem predisposições micro-genéticas que podem ter implicações, não no sentido de (estritamente) o indivíduo poder construir-se enquanto “homem” e “mulher”, mas (mais amplamente) poder construir-se enquanto pessoa:

“No sentido em que podes nascer macho ou fêmea, ou intersexo... nascas com essa predisposição física que te orientam para uma certa configuração de personalidade e tudo mais, a forma como tu analisas o espaço, como tu sentes as coisas (...) o conceito de homem e mulher são (...) padrões identificativos que te são incutidos consoante tu progrides e que separam as pessoas em categoria (...)depois consoante expectativa te é incutida ou te é retirada (...) coisas que se tornam na personalidade por repetição...” (L92)

Contudo, esta construção não existe num vácuo, pois é fortemente influenciada e guiada externamente. Os/as participantes refletiram sobre o impacto que múltiplas instâncias sociais e culturais têm em afirmar e reafirmar as normas que regulam os géneros e as sexualidades, postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pelos meios de comunicação social e/ou pelos médicos, (Foucault, 1989; Louro, 2004). Estas instâncias controlam e ditam a construção subjetiva de cada um, emergindo contradições entre os desejos de identificação não-binária e as imposições sociais, que se tornam geradoras de grande sofrimento psicológico:

“e de repente tinha de agir de outra forma, estava habituada a poder ser eu, quase como um rapaz (...) entro para a escola e eles instituem-me que eu tenho de ser uma rapariga, entre aspas, que tenho de agir de certa forma, ter certos comportamentos, que tenho de ser doce, tenho de ser carinhosa com as pessoas, mesmo que por dentro não me sinta assim (...)” (T86)

“a definição que as pessoas têm de homem e de mulher tem muito a ver depois com aquilo que nos é transmitido pelos pais, principalmente, depois por aquilo que vivenciamos na escola e com os grupos com que te dás...” “(...) vamos absorvendo a sociedade à volta, depois também depende do sítio onde estamos, ou daquilo que nos envolve, das pessoas, do espaço em si não é?” (G99)

A construção do género foi problematizada como sendo contínua ao longo da vida e em função das experiências de cada pessoa. Importa realçar que o caminho da construção não é linear e pré-estabelecido, apesar das pressões sociais acima discutidas, mas antes um processo de descoberta e experiência, que pode ser vivenciado com sofrimento, quando existe choque entre as expectativas sociais e os desejos pessoais, ou podendo ser menos turbulento ou tumultuoso, quando tal não ocorre:

“ (...) acho que é uma coisa que vais vivendo e vais construindo...mesmo que seja para depois achares que, pronto, parei, já encontrei o que estava à procura, o que acho que sou... e não precisa de ser um construindo numa direcção e depois noutra” (N81)

“ (...) até um homem que nasce homem e que vai ser homem a vida toda vai-se construindo enquanto homem, e uma mulher também” (G91)

3.2.4 Significações⁵

Por fim, importa realçar o significado que os/as nossos/as participantes atribuem ao género. Ficou evidente, que muitos/as participantes encaram o género a partir de uma perspetiva da performatividade que implica, pois, uma particular atenção ao modo como as subjetividades se constroem a partir de normas (Nogueira & Oliveira, 2010). Assim, entendem que os comportamentos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas produzem-no na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significativas, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Ou seja, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por símbolos corpóreos e outros meios discursivos (Butler, 1999):

“ [...]um homem vestido de mulher a fazer show, uma performance, não deixa de ser um homem que lá está conseguindo ser uma mulher, conseguindo ter a sensualidade, a beleza de uma mulher, que para muitas pessoas passa despercebido.... se tiverem aqueles traços vão ver uma mulher não vão ver um homem, nem conseguem ver um homem ali, porque os traços estão tão postos como as pessoas querem que estejam para aquilo que é uma mulher que depois não vê um homem” (G99)

No mesmo sentido, os corpos considerados “normais” e “comuns”, também são produzidos através de uma série de artefactos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade, arbitrariamente, estabeleceu como adequados e legítimos. Todas as pessoas

⁵ Nomeámos este tema de significações, porque apesar de abordarmos algo ainda ligado às concepções, e sabendo que todos os temas e sub-temas se encontram ligados entre si na análise temática, este sub-tema adquire aqui um espaço de análise próprio, com explorações face a essas mesmas concepções.

acabam por utilizar artifícios e símbolos para se apresentarem, para se expressarem e entenderem a expressão dos outros (Louro, 2004):

“ (...) portanto eu acho que em certas situações tu podes te defender, sim, porque podes pôr uma máscara... aquele é um homem, é uma mulher... porque tem o cabelo assim mesmo que não seja... mas aquela pessoa que (...) não cabe no modelo feminino, mas também não cabe no masculino, como feminino está deforme, e como homem está uma mulher...” (B83)

Ficou também evidente que, na sua maioria, os sujeitos atribuem ao género uma relevância comunicacional, apresentando-o como indispensável ao atual discurso societal:

“é impossível tu isolares-te de um sistema de comunicação que te emerge, certo? [...]da mesma forma que tu aprendes a usar a tua língua, aprendes a usar a tua forma de estar, o teu comportamento, a tua expressão (...) personalizas-te consoante isso, consoante aquilo que tu queres projetar, consoante aquilo que queres retirar daquilo que está à tua volta... (pausa) ou seja, eu não rejeito a existência de género, eu rejeito o binarismo de género. Porque nega todo o espectro de diversidade que não está a ser reconhecido...” (L92)

As categorias sexuais e de género já foram abordadas aprofundadamente na parte teórica do nosso trabalho, existem e servem uma função na sociedade: ignorá-las seria ingénuo e perigoso, correndo-se mesmo o risco de deixar de saber distinguir e nomear grupos sociais discriminados (Maia et al., 2009; Nogueira, 2003). Contudo, a sua desconstrução e relativização deve sempre acompanhá-las, pois desistir de fazer a sua crítica em nome de uma “visibilidade” aceitável (para a sociedade hétero), é derrotar à partida um projeto que poderia ser emancipatório (Maia et al., 2009).

Em contrapartida, surgiu ainda a noção do género como algo ultrapassado e sem qualquer valor, sendo necessário iniciar a dissociação de tal conceito no que diz respeito a qualificar e conceber as pessoas. A categoria de sexualidade pode deixar de ser uma categoria útil; se deixar de ser considerada um atributo individual e passar a conceber-se como uma categoria cultural disponível (Nogueira & Oliveira, 2010). A teoria *queer*, como emancipadora e libertadora, pode promover, do ponto de vista político, a possibilidade de dar visibilidade e protagonismo ao sujeito individual, promovendo deste modo a diversidade (Nogueira & Oliveira, 2010):

“ (...) para mim não me interessa o género, interessa-me as capacidades que as pessoas revelam para as coisas (...) não é por serem homens ou mulheres que são melhores ou são piores... eu acho são piores ou melhores na forma como fazem a gestão dos seus valores. (...) as pessoas valerem por aquilo que são, não pelo género a que pertencem, que isso não faz sentido” (B83)

A presente análise crítica do conceito de género, tendo por base as noções trazidas pelas/pelos participantes (e na articulação estreita com o que são as propostas de

abordagem teórica desta tese), leva-nos a importantes reflexões sobre como desconstruir os atuais discursos e práticas assentes no binarismo de género. Importa, assim, impedir simplificações abusivas do que o género pode significar, pois não se trata de um conceito único, mas sim de um conceito múltiplo que é, em sentido dialético, capaz de complexificar a experiência humana, ao mesmo tempo que resulta desta complexificação do humano (Almeida, 2004; Llombart & Leache, 2010; Oliveira, 2012).

3.3 “*Sem um lugar que seja seu*”⁶

O terceiro tema que apresentamos prende-se com a caracterização que os/as participantes fazem do lugar social em que se encontram, problematizando o seu impacto para uma vivência autêntica e livre, sendo que pessoas desafiantes das normas de género são, geralmente, as mais desprotegidas e estigmatizadas (Costa et al., 2010). Numa primeira instância, os/as participantes referem recorrentemente como a tendência social para a catalogação compulsiva se torna exigente e nefasta, em particular para aqueles/as que recusam uma definição e identificação de género, delimitando o que é passível de ser experienciado em detrimento de uma vivência livre:

“ (...) existe aquele estereótipo do que é que cada coisa é, porque o ser humano tem esta coisa é... querem definir tanto o que as coisas são, que seja objetivo, isto é isto, isto é isto... mas com o ser humano isso não é possível, porque o ser humano tem uma dimensão demasiado... demasiado grande para poder ser contido no um homem é um homem e uma mulher é uma mulher.” (T86)

“ (...) Lá está a necessidade de as pessoas arranjamem caixinhas para por as outras pessoas, e as coisas e tudo, porque é mais fácil compreender...e eu entendo! “ (N81)

Esta tendência socio-ideológica de catalogar compulsivamente de forma a conseguirmos conceber o mundo em redor assenta em relações assimétricas de género. Podemos entender o género como um dispositivo de poder que executa duas operações fundamentais e interrelacionadas: por um lado, a produção da própria dicotomia de sexo e subjectividades ligadas a ele; e, por outro, a produção e a regulação das relações de poder entre homens e mulheres, ou melhor dizendo, entre o que social e binariamente se estabelece como sendo os homens e as mulheres (Llombart & Leache, 2010). Neste sentido, os/as participantes relatam situações, na primeira e na terceira pessoa, de pressões

⁶ O tema em análise é assim designado como alusão à conhecida obra de Virgínia Woolf – “A room of one's own”.

e opressões no que diz respeito à obrigação de cumprir determinados papéis sociais de género:

“ (...) quando se manda a piada que a mulher vai para a cozinha e make me a sandwich e essas coisas, ou aquela ideia da mulher, agora nem tanto, mas que a mulher tem de ficar em casa a tomar conta dos filhos e da casa e não sei quê...” (N81)

“ (...) se calhar ainda é muito desproporcionado o peso da maternidade para o lado das mulheres, ainda é muito complicado uma mulher trabalhar e ser mãe (...) também às vezes ouvir alguns obreiros do progresso que querem convencer as mulheres que não devem ser só mães... as pessoas devem ser o que querem ser...” (G91)

Também ficou evidente que os/as participantes continuam a sentir que não são reconhecidos na sua cidadania, particularmente quando sofrem experiências de cis-sexismo/cis-genderismo⁷:

“ (...) estou a fazer um questionário e chego à pergunta em que me perguntam se és um homem ou uma mulher, lol! Onde é que está a minha terceira opção? Eu não quero continuar este questionário (...) facto de eu não ter uma pila é tão ou mais relevante que a necessidade de uma educação (...) a subsistência ser posta em causa em função disto.... Acho que são barreiras de invalidação graves o suficiente.” (L92)

Estas experiências discriminatórias passam, acima de tudo, pela organização de uma sociedade onde o género é pensado de forma rígida e binária, e por isso excludente. Questão ainda mais grave quando os sujeitos se reportam a profissionais de quem é esperado um conhecimento e uma sensibilidade particulares às vivências de que neste trabalho damos conta, e que continuam a revelar insuficiências e posições preconceituosas (e.g., Moita, 2006; Moleiro & Pinto, 2009; Moreira, 2014; Rodrigues, 2016). Para além desta negação nestes contextos em particular, continuam a encontrar no seu dia-a-dia situações que negam a sua vivência, representados pela dificuldade de apropriação de espaços públicos, muitos deles erguidos sobre o binarismo da ordem de género, assim como a própria linguagem e terminologia dicotómica que utilizamos (Costa et al., 2010). Neste sentido, os participantes refletem sobre uma recorrente dificuldade em lidar com a existência destes contextos genderizados segundo uma lógica estreita, determinada e binária, ou seja, em que se torna necessário escolher explicitamente um dos pólos do género:

“ (...) as únicas alturas em que realmente sentes, ou eu me sinto mais, vamos dizer, tipo deslocada, é por exemplo, aqueles eventos em que tu realmente vês... tu consegues, as pessoas até podem não

⁷ Uma estrutura ideológica que marginaliza, desvaloriza e/ou anula as experiências das pessoas em que a designação do sexo aquando do nascimento não corresponde aquela que a pessoa se sente pertencer (Rodrigues, 2016).

caber todas nas caixas, mas aquilo está assim muito... por exemplo, casamentos, como é que tu vais? Como é que tu vais se não ... se achas que as regras do ser homem e do ser mulher, como é suposto uma pessoa ir vestida?” (N81)

Esta recusa de uma existência válida invisibiliza pessoas com identificações não-binárias; sobre elas fazendo recair essa violência maior, que é a “violência de inexistir” (Carneiro, 2009, 2013). Com efeito, a reapropriação e a resignificação do (s) espaço(s) público(s) surgem como ações necessárias à visibilidade de um pluralismo de vozes e singularidades que nos tornam a todos/as pessoas (Butler, 2015b; Costa et al., 2010). O não reconhecimento de uma vivência do género para além do binarismo imposto faz com que a violência contra os sujeitos considerados transgressores seja legitimada e até defendida:

“eu diria que esta incompreensão do não-binarismo... ou a incompreensão do não monossexismo... ou seja, a heteronormatividade no geral é um grande problema (...) porque as pessoas esquecem-se que tudo o resto pode ser válido também... e isso... por estar a pôr em causa os privilégios delas enquanto pessoas validadas, pode torná-las muito violentas...” (L92)

Este não-lugar a que são muitas vezes remetidos tais sujeitos (Grave, 2016; Rodrigues, 2016) sensibiliza-os/as para questões interseccionais, ou seja, mostram-se capazes de contemplar criticamente diferentes domínios que interagem na construção das identidades e como a interação das várias categorias (social e culturalmente construídas), a múltiplos níveis, se manifesta em termos de desigualdade social (Shields, 2008; Nogueira, 2013; Nogueira & Oliveira, 2010). Esta abordagem interseccional permite-lhes então fugir à generalização abusiva do determinismo biológico, do essencialismo, assim como aos estereótipos, procurando expandir o pensamento acerca do género e dos feminismos, ao reafirmar a natureza "multiplicativa interseccional" e o impacto do contexto, ou seja, o entrecruzar de opressões e de privilégios (Nogueira, 2013):

“vamos imaginar que eu nasci mulher mas identifico-me como homem... mas por outro lado, sei lá, eu sou privilegiada... ok, depende um bocado de como eu me apresento... mesmo que faça a transição, continuo a ser privilegiada... por não ser uma pessoa de cor (...) é triste dizer isto, mas já tenho uma leg up ... podemos falar em questões de trabalho ou em outras coisas... uma transição de pessoas de cor é mais complicada (...) uma pessoa já pode ser discriminada pela raça e depois ainda é outra coisa para ser discriminada” (N81)

3.4 Contemplação da Diversidade

Da análise dos dados emergiu um outro tema que foi nomeado de contemplação da diversidade. Por um lado, este tema evidencia o peso que esta contemplação teve na experiência dos/das participantes e no seu percurso de subjetivação no que diz respeito à sua identificação para além do binarismo de género, representando um momento de abertura para possibilidades múltiplas e por isso não binárias de vivência do género:

“ (...) Fui começando a construir uma ideia um bocado diferente daquela que tinha, do preto e branco, ok (...) se calhar há aqui um espectro... e depois também pronto entre nets e etecetera obviamente abro um bocado a cabecinha, e então... já fiquei com uma ideia um bocado diferente da que tinha, por outro lado, obviamente, há muitas áreas de cinzento, então se calhar eu fiquei um bocado mais baralhada do que estava... mais possibilidades” (N81)

Por outro lado, aborda-se a importância, a nível social, de visibilizar e educar para a diversidade num caminho para maior aceitação e reconhecimento das idiossincrasias da vivência humana: não é suficiente denunciar a negação e o submetimento de pessoas LGBT e, sim, desconstruir o(s) processo(s) que conduz(em) alguns sujeitos à subjugação face às normas e outros sujeitos à marginalização – deste modo se evidencia a heteronormatividade e se veiculam os seus efeitos sobre as relações e as subjetividades (Louro, 2004). Os/as participantes são de opinião de que continua a existir muita falta de informação no que diz respeito à não conformidade com as normas de género, sendo que, no corpo social em que nos vamos situando, a maior parte das pessoas nunca chega sequer a questionar a heteronorma imposta:

“Ontem estava no comboio e estava uma mulher a perguntar-me se eu era um rapaz ou uma rapariga, as pessoas ficam tão desorientadas com... What the fuck? Como é que eu lido com esta pessoa? Entendo-lhe a mão, dou-lhe um beijinho?” (L92)

“Acho que a maior parte de nós não pensou no assunto, e quer dizer... ou pelo menos... sei lá, não pensam na questão de estar num polo ou de estar no outro (...) é uma coisa mais ou menos intuitiva (...) não é porque sou mulher ou porque sou homem que tenho de fazer ou ser assim mas também não é por isso que vou achar já que, aí espera o género deve ser um espectro... a maior parte das pessoas não pensa em nada disso” (N81)

Assim, o contacto e o progressivo estreitamento relacional com essa diversidade (sexual e de género), o contacto com as diversas formas de viver as sexualidades e os géneros, de viver enfim a diversidade num sentido amplo que não tem necessariamente que ser somente a dos géneros e das sexualidades, parece diminuir os preconceitos em torno das pessoas que se identificam como não-binárias (Nogueira & Oliveira, 2010). Torna-se

claro o impacto que a visibilidade de vivências ainda consideradas transgressoras pode representar para humanizar a sua existência na sociedade:

“ (...) foi-se esbatendo ao longo do tempo porque eu fui levando os meus amigos gays, colegas do teatro, amigas lésbicas, amigos hétero, amigas hétero, coisas que não se sabe muito bem o que é nem o que deixa de ser, portanto aquilo começou a fazer parte do ambiente, por isso logo no seio da família é importante(...) que uma pessoa... desmistifique as coisas, (...) isto tem a ver com as suas certezas, que são as certezas do momento, mas que elas são importante para provocar, e não é provocar no sentido de chocar, mas de como se conviver com a coisa...” (B83)

Um dos impactos de uma maior visibilidade seria a possibilidade acrescida de promover um espírito mais crítico, e desta forma encontrar no questionamento, na desnaturalização e na incerteza estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência (Louro, 2004). Promover-se-ia, assim, uma visão mais compreensiva, do género, das sexualidades e, em maior amplitude, da diversidade humana:

“ (...) as pessoas já trazem tudo definido, é impressionante... é impressionante também a falta de capacidade que nós temos de chegar a uma certa altura e; não eu quero pensar sozinho, eu vou escolher a minha equipa de futebol, vou questionar a minha religião, vou questionar a família que eu tenho, porque pode não ser a minha família, porque há muitos géneros de família...” (G99)

Por fim, denotou-se que a maioria dos/das participantes relata sentir uma progressiva mudança do discurso no que diz respeito à abertura do pensamento para a diversidade e sua inclusão:

“ (...) Reparar no discurso a mudar à minha volta... ver que as pessoas fazem um esforço ativo para falarem com respeito, para compreender noções que lhes eram alien...para se adaptarem a esta ideia, ok tens maminhas mas não és uma menina ok... e as próprias pessoas comecem a questionar as suas posturas em relação a isso...” (L92)

Contudo, também emergiu alguma insatisfação com a atualidade, uma ideia da aparente tendência para retroceder para um ambiente mais conservador e segregador:

“ (...) todas estas discussões, e eu fico perplexo... parece que estamos num retrocesso! Esta questão política que agora se sente do... conservadorismo, sente-se isso que é uma coisa horrível... os jovens a regredir” (G99)

Ao longo da presente análise, em que foram emergindo os temas até ao momento discutidos foi possível *identificar* e ir criando relações inter-temáticas que nos conduziram a um **organizador central: entre o Humano e a normatividade**, que pretende ilustrar o choque entre o desejo de identificação pelo não-binário e a obrigatoriedade de cumprir normas. Apercebemo-nos que as pessoas continuam constantemente a ser posicionadas

fora da esfera da humanidade. Transgêneros, intersexos, transexuais, *queer* e quaisquer outros/as com identificações/expressões de gênero não conformes ao normativo estão, frequentemente, no limite de serem considerados menos humanos ou mesmo não-humanos (Oliveira et al., 2014). Parece, assim, existir uma forma de não-pensamento, corroborada por um modelo instintivamente normativo, um modelo que necessita de um mapa da realidade capaz de assegurar um julgamento, mesmo que esse mapa seja evidentemente falso: trata-se, pois, de incitar a não pensar em nome do normativo, para que este mantenha a sua força, para que se jogue continuamente sobre as pessoas e não ameace uma ordem social específica, homogeneizante, descaracterizante, inferiorizante e potencialmente letal (Butler, 2009).

Torna-se urgente formular novas concepções para pensar a normatividade, se quisermos procurar maneiras intelectualmente abertas e compreensivas de apreciar o mundo em que vivemos (Butler, 2009). Neste sentido, é necessário e imperioso desenvolvermos ativamente a reflexão sobre a categoria “minoría” como algo que distingue quem tem e não tem direito ao (re)conhecimento da cidadania, sob pena de, ao não o fazermos, permanecermos nessa cidadania (sexual) sob suspeita (Oliveira, 2013).

Aceitar sujeitos tal como estes desejam ir-se constituindo e/ou exprimir-se, implica necessariamente uma atenção crítica permanente às próprias operações de poder, incluindo os efeitos orquestrados por este poder inerentes na, e dentro da, formação de sujeito (Butler, 2009). Com efeito, o sujeito deve ser repensado como um conjunto dinâmico de relações sociais. O facto de certas vidas serem consideradas merecedoras de existência, de proteção e passíveis de luto e outras não, de serem ou não choráveis, como bem observa e explora conceptualmente Judith Butler (2009), não pode ser reflexo de um problema de identidade, nem sequer do sujeito. Trata-se, pois, de uma questão de como o poder configura o campo em que os sujeitos se tornam possíveis ou, na verdade, como eles se tornam impossíveis (Butler, 2009). Compreenda-se, então, que “os elementos mais estruturais da sociedade tais como a economia, a economia política e a ideologia, têm efeitos profundos quer em indivíduos quer em grupos” (Oliveira et al., 2014, p.70). Assim, temos de indagar como a nossa concepção de violência – tanto nas suas formas justificadas como nas suas formas injustificadas – incorpora certas preocupações sobre o que a cultura deveria ser, como a comunidade deveria ser entendida, como é formado o estado e, ainda, quem deveria constar como um sujeito reconhecível (Butler, 2009).

4. Conclusão

O presente trabalho pretendeu explorar como são as vidas de pessoas que não se identificam com o binarismo de género, ou, *de um outro lado do mesmo espelho*, de pessoas que se identificam com o não-binarismo de género, a partir de uma analítica *queer*.

O enquadramento binário de género encontra-se profundamente enraizado no tecido social e, por isso, foi necessário enquadrar adequadamente os mecanismos sócio-ideológicos colocados em prática para que possa ser aclamado como a “verdade”, como a “norma a seguir”, o que historicamente possibilitou a implantação das perversões. Através do isolamento, da intensidade e da consolidação das sexualidades periféricas, as relações do poder com o sexo, e com o prazer ramificaram-se e multiplicaram-se, medindo o corpo e penetrando as condutas. Foram assim fixadas sexualidades disseminadas, rotulada segunda uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática (Foucault, 1976/1999). Escolhemos uma analítica *queer* pela recusa à fixidez identitária e por denunciar a ordem de género heterossexual, funcionando como uma estratégia de resistência, que cria suspeição à generalização em relação ao binarismo que a ordem de género heterossexual introduz.

A partir da análise temática dos dados recolhidos, obtivemos quatro temas centrais. Um primeiro tema refere-se à caracterização da **experiência não-binária**. Algo que diferencia a experiência de pessoas questionantes de género, das não questionantes, é a luta constante pelo direito a uma identificação não expectável, que lhes é recorrentemente recusada. Nos momentos iniciais destes questionamentos, concebem como impossível alguma identificação fora da heteronorma, não tendo qualquer contato com outras possibilidades de viver *outras* realidades, que só se constituem como outras precisamente porque não passíveis de serem experienciadas. Quando os/as participantes alcançam um lugar de aceitação e de construção pessoal, percebe-se a importância da existência de uma rede de suporte que promove não só o seu bem-estar numa identificação para além da norma, mas também uma maior segurança e autoconfiança nas suas construções. Contudo, a partilha destes pensamentos com as pessoas mais próximas nem sempre é gratificante, levado a episódios de verdadeiro sofrimento (Grave, 2016) que se justificam, a par de outras problemáticas, pela falta de informação. A vivência destes sujeitos no espaço social é caracterizada, muitas vezes, pelo *self-policing*, existindo cuidado na escolha dos lugares

em que reivindicam a sua autenticidade, em que transgridem os limites do expectável. Acreditamos que estas formas de auto-repressão advêm do sentimento de que as suas vivências não são legítimas e/ou reconhecidas por outras pessoas nas suas vidas, pelos grupos sociais reconhecidos e legitimados.

Estas vivências desafiantes levam a uma ampla multiplicidade de **concepções de género**, que remetem para o nosso segundo tema. Considerando as idiossincrasias dos/das nossos/as participantes e o seu percurso de questionamento e de reivindicação por um espaço reconhecido, não só de um *quarto*, mas de um espaço público que *também seja seu*, é um percurso que remete para concepções de género mais amplas e inclusivas da diversidade humana, de múltiplas possibilidades de se constituir e de se ser (re)conhecido no quadro do Humano. Assim, estes/as participantes desconstroem o conceito de género de forma a retirar-lhe a conotação coerciva sobre a experiência humana – desvalorizando as noções essencialistas – e atribuindo-lhe uma conotação de promotor do potencial humano, o que só se torna viável por intermédio de uma construção subjetiva e constantemente reformulante destas concepções.

O tema “**sem um lugar que seja seu**” dá a perceber que é possível que as experiências de questionamento dos/das participantes e as consequentes adaptações e apropriações que fazem sobre o conceito de género promovam uma maior sensibilidade às inter-relações de privilégios e opressões presentes no nosso quotidiano. Os/as participantes caracterizam, então, o terreno social como promotor de uma catalogação compulsiva, organizada principalmente a partir de papéis sociais de género. Esta organização resulta na produção e reiteração do cis-sexismo/cis-genderismo – que se traduz muitas vezes em contextos genderizados – o que legitima a violência contra as pessoas não-binárias. A heteronorma lança as pessoas que a ela escapam e/ ou se opõem para um não-lugar, para o não reconhecimento da sua cidadania (Grave, 2016).

Surgiu ainda o tema **a contemplação da diversidade**. Este tema retrata as reflexões que as/os nossas/os participantes foram fazendo ao longo do seu percurso de vida sobre a importância do contacto com a diversidade humana, com a diferença; com o não-expectável para as suas vidas e para a constituição das suas subjetividades, das suas posições (sempre diferenciadas) de sujeito. Esta mesma confrontação e este contacto levam

estes sujeitos a um maior questionamento sobre como lhes é, ou não, possível construírem-se para além do binarismo de género que, assim como a todos/as nós, performativamente lhes é imposto. Esta libertação faz com que os mesmos sujeitos defendam a importância de se discutir formas de existir ainda consideradas transgressoras, no sentido de desmistificar e promover a mudança do discurso para uma maior aceitação e integração da diferença na concepção do que pode ser o Humano.

A partir de uma abordagem crítica, como a dos estudos *queer*, compreendemos como a psicologia reproduz, por exemplo, as noções de individualidade e de natureza humana, e assim procuramos desconstruir esses discursos e transformá-los, isto é, construir algo socialmente libertador. Neste sentido, defendemos a promoção de uma mudança radical e que, para que a Psicologia seja uma prática libertadora, é necessário começar a construí-la em oposição aos pressupostos que fazem dela uma arma de dominação (Nogueira, 2003; Parker, 1999). Posto isto, pretendemos refletir sobre algumas das principais implicações que acreditamos que o presente trabalho pode ter para um pequeno subsídio a essa vontade de transformação social.

Começamos por advogar que a teoria *queer* pode ter importantes implicações ao nível educacional, tendo em conta que, aparentemente, as escolas, os currícula, educadoras e educadores continuam perplexos face a serem desafiados/as por questões para as quais vão existindo cada vez menos respostas ou, se as houver, respostas cada vez menos seguras e estáveis. Num momento em que as certezas falham, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes, e continua a ser impossível esgotar as questões (Louro, 2001); é, por isto, relevante empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos – a hierarquia, a classificação e a exclusão. Uma pedagogia e um currículo *queer* distinguir-se-iam de programas que abordam o que habitualmente designamos como “as diferenças” (de género, sexuais, étnicas,...) como modalidades de existir que são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Por contraposição, tais pedagogias e currículo deveriam focar-se nos processos socioculturais e ideológicos de produção das diferenças e trabalhar, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (Louro, 2001), passando a entender-se como a diferença não se encontra “lá fora”, do outro lado, alheia ao sujeito, mas que é própria da produção da ideia de sujeito (Louro, 2004). A teoria *queer* quer, assim, discutir (e

desmantelar) a lógica que construiu este regime, a lógica que justifica a dissimulação, que mantém e fixa as posições de legitimidade e ilegitimidade (Louro, 2001).

Neste sentido, é urgente que sejam problematizadas as estratégias normalizadoras no quadro de identidades que pretendem ditar e restringir as formas de viver e de se constituir subjetivamente. Seria crucial colocar em questão as classificações e seus enquadramentos, e examinar a transgressão e o atravessamento das fronteiras (de toda ordem), potenciando a exploração da ambiguidade e a fluidez. Assim, talvez fosse possível reinventar e reconstruir, como prática pedagógica, estratégias e procedimentos mobilizados pelo pensamento e pelos ativismos *queer* (Louro, 2001).

A “reviravolta epistemológica” possível através da teoria *queer* transborda o terreno das sexualidades, sendo que o mecanismo desconstrutivo que promove vem inquietar até mesmo o mais reconhecido binarismo do campo educacional, aquele que opõe o conhecimento à ignorância. A ignorância passa a ser entendida como um efeito de conhecimento, é produzida por um tipo particular de conhecimento ou produzida por um modo de conhecer (Louro, 2001). Promovendo novas formas de conhecer e aprender, em que a dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva; em que as questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, e especialmente de outras perspectivas sobre o *Outro*, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar (Louro, 2001). A teoria *queer* vem, acima de tudo, enaltecer como podemos encontrar no questionamento, desnaturalização e incerteza estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência (Louro, 2004).

Pretendemos, ainda, lançar algumas pistas para uma intervenção clínica desconstrutiva e compreensiva. Tendo em conta tudo o que foi discutido até ao momento, de Foucault e Derrida, a Butler e à teoria *queer*, surgiram algumas questões que consideramos pertinentes para a intervenção em contexto clínico, pois estas perspectivas críticas mostram a possibilidade de encontrar um lugar para a reflexão, resistência e agência para criar uma prática psicoterapêutica transformativa (Parker, 1999). Neste sentido, a partir da perspectiva de uma intervenção clínica que tenha por base a teoria construtivista, pode potenciar-se um pensamento e uma práxis profundamente críticos. Defendemos a mudança de algumas formas de psicoterapia que tomam como garantidas as

descrições de patologia que frequentemente oprimem as pessoas enquanto pretendem ajudá-las (Parker, 1999). É, assim, crucial que os/as psicoterapeutas adquiram e desenvolvam perspectivas focadas nos processos de opressão a que tantas e tantos de nós somos sujeitos.

O construtivismo ganhou o seu nome a partir da ênfase que dá aos actos de construção do indivíduo, pois enfatiza as ações significativas no desenvolver do *self* em relação. É importante ver o ser humano como um agente activo no seu processo de experiência da vida, reconhecendo que, muitas vezes, somos controlados por hábitos difíceis de quebrar, pois apesar de ansiarmos pela mudança, existe um poderoso ímpeto nas formas como nos construímos (Mahoney, 2003). As emoções servem papéis críticos ao direccionarem a nossa atenção, moldarem as nossas percepções, organizarem a nossa memória e motivarem o nosso comprometimento ativo em compreender o que a vida implacavelmente exige de nós (Mahoney, 2003). Assim, o construtivismo pretende enfatizar a singularidade de cada auto-organização da vida, pois o que as pessoas experienciam é integralmente relacionado com o que aprenderam a criar ordenadamente num ponto de referência – num centro metafórico. O *self* é um processo, não uma entidade, e a sua organização ativa toma lugar não apenas “no” corpo, mas também simultaneamente “com” e “através” de ligações sociais e sistemas de símbolos (Mahoney, 2003).

Somos, assim, fundamentalmente sociais, e não existe nenhuma forma significativa de separar a nossa sociabilidade das nossas capacidades simbólicas (Mahoney, 2003). Cada fenómeno, que a psicologia toma como garantido e utiliza para normalizar e patologizar as pessoas, deve tomar-se como socialmente construído (Burr, 1995). Seria importante, então, uma prática de um descobrir desconstrutivo, que funcionaria através de um tipo de anti-método que resiste à definição e prescrição, pois procura perceber como o problema é produzido em vez de tentar encontrá-lo, de o estabelecer enquanto “realidade” anterior e exterior ao sujeito (Parker 1999). Nos últimos tempos, este posicionamento de desconstrução em psicoterapia vai sendo progressivamente mais disseminado entre psicoterapeutas, que partem do pressuposto que organizamos a nossa experiência através de histórias, que nos expressamos e nos (re)construímos através de narrativas (Mahoney, 2003). Assim, passam a trabalhar com “problemas” compreendidos como construções de narrativas, em vez de propriedades de personalidades patológicas, e são incorporados nas práticas discursivas em vez de considerados défices desenvolvimentais (Parker, 1999).

A tarefa psicoterapêutica será a de localizar o problema em práticas culturais específicas e compreender o papel do poder na criação e manutenção desse mesmo problema (Parker, 1999). É, assim, necessário manter uma postura bastante crítica, num constante debate sobre se o que é “real” e num agora, segundo uma psicologia crítica que gire em torno da nossa compreensão do contexto social para a produção de estados mentais, em vez de eles serem universais e essencialistas (Parker, 1999).

A psicologia crítica é capaz de trabalhar com noções complexas de poder e subjectividade, e com a ligação entre mudança estrutural social e trabalho psicoterapêutico, através da atenção a uma capacidade reflexiva tem olhado atentamente à mudança no discurso da disciplina (Parker, 1999), quiçá até olhando às possibilidades de *indisciplinar a disciplina*. A desconstrução é um pensamento afirmativo de possíveis éticas, de um compromisso para além da tecnologia do calculável. A preocupação pela responsabilidade encontra-se no centro da experiência de desconstrução (Larner, 1999). Uma psicoterapia desconstrutivista leva à existência de alguma ambiguidade de poder na relação psicoterapêutica e que é condutiva a mudanças. Os/as psicoterapeutas podem ter o poder, mas sacrificam-no em prol do poder do outro, permitindo que o poder do outro emergja (Larner, 1999).

Tendo em conta as implicações até aqui apresentadas, acreditamos que seriam essenciais futuras investigações na área da educação e da intervenção clínica a partir de uma analítica *queer* – por exemplo, a partir das perspetivas dos/as profissionais – para promover a necessária mudança de discurso que tanto se difunde ao longo de todo o presente trabalho.

Importa ainda sublinhar algumas limitações deste estudo, começando por referir o tempo limitado para a sua produção e a complexidade dos temas abordados, tendo sido necessário realizar opções teóricas do que seria mais pertinente. Deve também reconhecer-se que a base teórica escolhida para esta tese foi a dos estudos *queer*, sobre os quais tecemos considerações críticas na parte teórica deste trabalho, assim como os estudos relativos aos binarismos de género. Este carácter exploratório foi enaltecido pela opção de manter um recrutamento de participantes bastante abrangente – sendo que os/as participantes possuem uma caracterização sociodemográfica e de auto-identificação bastante diversa. Em futuras investigações, é relevante procurar participantes de acordo com faixa etária, nível de escolaridade, ou auto-identificação, no sentido de melhor

caraterizar as experiências não-binárias possibilitando um *insight* melhorado sobre como as suas diferentes pertenças afectam as suas vivências.

Em suma, tencionamos que se atente à necessidade de uma psicologia que impulsione o entendimento da interconectividade e a relação entre as esferas sociais, “que promova a distribuição de recursos e que fomente a igualdade de oportunidades, para que possamos atingir melhores maneiras de viver, através de modalidades de reconhecimento que sejam mais igualitárias” (Oliveira et al., 2014, p.70). E assim, numa analítica *queer*, criticar os processos de constituição de sujeitos que encontramos na psicologia, psicologia social e sociologia, que não tomam em conta as relações de poder e as normas a partir das quais nos tornamos sujeitos (Nogueira & Oliveira, 2010).

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. V. (2004). A teoria *queer* e a contestação da categoria “género”. In A. F. Cascais (Eds.), *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 91-98). Lisboa: Fenda.
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, XXXVIII (168), 687-714.
- Brandão, A , M (2008). *Dissidência sexual, género e identidade*. Actas do VI Congresso Português de Sociologia Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia (cd-rom).
- Brandão, A. M. (2009). *Queer*, mas não muito: género, sexualidade e identidade nas narrativas de vida de mulheres. *Ex Aequo*, 20, 81-96.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles: Sage Publications.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity* (ed. rev.). New York: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2009). *Frames of war: when is life grievable?* London: Verso
- Butler, J. (2015a, junho). Why bodies matter. In S. Coelho & M. Deputter (Chair), *Gender trouble: performance, performatividade e política de género*. Symposium conducted at the meeting of Maria Matos Teatro Municipal, Lisboa.
- Butler, J. (2015b). *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge: Harvard University Press.
- Carneiro, N.S. (2006). Ser, pertencer e participar: Construção da identidade homossexual, redes de apoio e participação comunitária. Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Carneiro, N. S. (2009). “Homossexualidades” uma psicologia entre ser pertencer e participar. Porto: Livpsic.

- Carneiro, N. S. (2013). Contra a “violência de inexistir”: psicologia crítica e diversidade humana. *Psicologia & Sociedade*, 25 (1), 40-47.
- Clifford, N., Cope, M., French, S., & Gillespie, T. (Eds.). (2010). Key methods in geography. Sage.
- Costa, C. G., Oliveira, J. & Nogueira, C. (2010). Discursos das pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. Oliveira (Eds.), Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género (pp.211-242). Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género.
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. Oliveira (Eds.), Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género (pp.93-148). Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género.
- Derrida, J. (1967/ 1973). *Gramatologia*. (M. Schnaiderman & R. J. Ribeiro, Trans.), São Paulo: Perspectiva S. A..
- Duggan, L. (1994). Queering the state. *Social Text*, 39, 1-14.
- Fontanella, B. J., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27.
- Foucault, M. (1975/1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (20ª ed.) (R. Ramalhe, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1976/1999). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque Trans.). Graal: São Paulo.
- Foucault, M. (1979/1984). *Microfísica do poder* (4ª ed.). (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Grave, A. R. G. (2016). *Desidentificações de género: discursos e práticas* (Unpublished Master's Thesis). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto
- Holmes, C. (2012). *Violence denied, bodies erased: towards a interlocking spatial framework for queer anti-violence organizing* (Unpublished doctoral dissertation). The university of british Columbia, Okanagan.
- Jagose, A. (1996). *Queer Theory: an introduction*. New York University Press, New York.

- Larner, G. (1999). Derrida and the deconstruction of power as context and topic in therapy. In I. Parker (Eds.), *Deconstructing psychotherapy* (pp.39-53). Sage publications: London.
- Levy, T. (2004). Crueldade e crueza do binarismo. In A. F. Cascais (Eds.), *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 183-214). Lisboa: Fenda.
- Llombart, M. P. & Leache, P. A. (2010). El binarismo de género como dispositivo de poder social, corporal y subjetivo. *Quaderns de Psicologia*, 12 (2), 131-148.
- Louro, G. L. (1997). *Género, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (6ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes Lda.
- Louro, G. L. (2001). Teoria *queer* – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 2, 541-553.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Autêntica: São Paulo.
- Mahoney, M. J. (2003). *Constructive Psychotherapy: a practical guide*. New York: The Guilford press.
- Maia, B., Louro, P. & Vitorino, S. (2009). *Queer*, ou a crítica da “política do possível”. *Ex aequo*, 20, 133-136.
- Miskolci, R. (2007, June). A teoria *queer* e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In *Congresso de leitura de leitura do Brasil* (Vol. 16, pp. 1-19).
- Miskolci, R. (2009). A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21, 150-182.
- Moita, G. (2006). A patologização da diversidade sexual: homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53-72.
- Moleiro & Pinto, (2009). Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. *ex aequo*, 20, 159-172.
- Moreira, C. M. R. (2014). *A caminho da aceitação... Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo*. (Unpublished Master's Thesis). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias Feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 408-412.
- Nogueira, C. (2001). Construcionismo social, discurso e género. *Psicologia*, XV(1) 43-65.

- Nogueira, C. (2003, outubro). “Ter” ou “fazer” o género: O dilema das opções epistemológicas em psicologia social. Comunicação apresentada no XII Encontro Nacional da ABRAPSO. *Estratégias de intervenção – a Psicologia Social no contemporâneo*, Porto Alegre, Brasil.
- Nogueira, C. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projecto de uma psicologia feminista crítica. *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*, X, 227-248.
- Nogueira, C. & Oliveira, J. (2010). Desafiar o futuro. In C. Nogueira & J. Oliveira (Eds.), Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género (pp.267-276). Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género.
- Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual trans e queer. In C. Nogueira & J. Oliveira (Eds.), Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género (pp.19-44). Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de género.
- Oliveira, J. M. (2012). O rizoma “género”: cartografia de três genealogias. *E-cadernos CES*, 15, 33-54.
- Oliveira, J. M. (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. *Psicologia & Sociedade*, 25 (1), 68-78.
- Oliveira, J. M. (2015). Tumultos de género: os efeitos de Gender trouble em Portugal *Periódicus*, 3, 06-18.
- Oliveira, J. M., Costa, C. G., & Carneiro, N. S. (2014). Problematizando a Humanidade: Para uma psicologia crítica feminista *queer*. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 59-77.
- Oliveira, J. M., Pinto, P., Pena, C., & Costa, C. G. (2009). Feminismos queer: Disjunções, articulações e ressignificações. *ex aequo*, 20, 13-27.
- Parker, I. (1999). Deconstruction and Psychotherapy. In I. Parker (Eds.), *Deconstructing psychotherapy* (pp.1-18). Sage publications: London.
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5(4), 631-660.
- Rodrigues, L. (2016). *Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica* (Unpublished doctoral dissertation). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

- Sampieri, R. H., Collado, C. H., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa* (3ªed). São Paulo: McGrawHill.
- Santos, A. C. (2006). Estudos queer: identidades, contextos e acção colectiva. *Revista crítica de ciências sociais*, 76, 3-15.
- Shields, S. A. (2008). Gender: na intersectionality perspective. *Sex roles*, 59, 301-311.
- Spargo, T. (1999). *Foucault and queer theory*. Icon Books, UK.
- Swan, V. (1999). Narrative, Foucault and feminism: implications for the therapeutic discourse. In I. Parker (Eds.), *Deconstructing psychotherapy* (pp.103-114). Sage publications: London.
- Taylor, B., Sinha, G. & Ghoshal, T. (2008). *Research Methodology; a guide for researchers in management and social sciences*. New Delhi: Prentice-Hall
- Willig, C. (2010) *Introducing qualitative research in psychology*. New Delhi: Tata McGraw-Hill.

Anexos

Anexo 1. Convite para participação na investigação

Bom dia,

Sou uma aluna de mestrado integrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito da minha dissertação de mestrado sob orientação do Prof. Doutor Nuno Santos Carneiro, que visa a recolha de narrativas sobre as noções/ os significados do masculino e do feminino como a pessoa as/os entende e a relação destas noções e destes significados ao longo do seu percurso de vida. Venho, assim, por este meio, convidá-lo/la a participar neste estudo, onde seria entrevistado/a acerca dos temas acima expostos, assegurando desde já a confidencialidade e anonimato de todos os dados partilhados durante a entrevista.

Agradeço desde já a sua disponibilidade, ficando à espera de uma resposta,

Com os melhores cumprimentos,

Teresa Teixeira

Anexo 2. Guião da Entrevista

Objectivo – Recolha de narrativas sobre as noções/ os significados do masculino e do feminino como a pessoa as/os entende e a relação destas noções e destes significados com o seu percurso de vida.

Em nenhuma das perguntas que fazem parte desta entrevista há respostas determinadas ou sobre as quais façamos qualquer juízo de valor, nenhuma delas, naturalmente, vai ter um sentido de “certo”, de “errado”, de desejável ou indesejável. O que sobretudo nos interessa é a sua/ tua posição, os sentidos e significados que atribui/ atribuis e/ ou fostes/ foi atribuindo ao longo da vida aos temas que gostava de abordar.

Uma questão de aquecimento:

Qual foi o último filme/ livro que viu/leu?

- Qual a personagem com quem mais se identifica? Fale-me um pouco sobre ela...

- Pensa (s) nessa personagem como “homem”, como “mulher”, como as duas coisas ou até nenhuma destas categorias?

Se identificas (o que a pessoa disser), o que é que essa personagem tem que leve a pensares nela assim?

Se nada disto te faz sentido nessa personagem, podia (s) explicar-me um pouco que a distancia destas possibilidades?

I – Para começar, gostava que falássemos calmamente e com o máximo de informação e com o máximo de ideias/conceitos/noções que tenha (s) e que lhe/te venha (m) à cabeça sobre as ideias de homem e de mulher...

1. As noções/conceito/ideias de “homem” ou ”mulher” fazem sentido para si/ ti?

1.1. Sim, o que me pode dizer sobre essas noções? O que é que estas mesmas noções lhe dizem pessoalmente? Não, porquê?

1.2. Há para si/ti uma relação entre a noção de homem e a noção de mulher, uma relação entre a noção de feminino e a noção de masculino? **Se sim**, para si/ti, em que sentido estão relacionadas (pode/s dar-me exemplos, falar de

acontecimentos da tua vida sobre isto, o que quiseses...). **Se não:** são então ideias separadas, são noções independentes para si/ti, em que sentido (podes dar-me exemplos, falar de acontecimentos de vida sobre isto, o que quiseses).

2. Para si, nasce-se “homem” ou “mulher” ou é algo que vamos construindo? (Há coisas que nascem connosco e que nos definem como homens ou como mulheres? Ou não nascemos com essas definições e vamos construindo isso, vamos dando sentido a isso ao longo da vida?)

- Quando e em que situações sente que é de nascimento? E de construção?

II – Gostava, então, que relacionasse o que me foi dizendo com o trajecto da sua vida, com momentos de pensar/ se transformar à volta destas noções de homem e de mulher? Sei que já fui perguntando antes sobre exemplos, ideias, acontecimentos, etc., mas agora gostava de perceber melhor e pensar consigo/contigo sobre momentos da vida em que estas noções se foram ou não transformando... (Sente que houve esses momentos e/ ou foi algo sem “momentos” mas mais continuado no caso de ter sentido essa transformação...?)

1. Ao longo da sua vida estas noções (de homem ou de mulher) foram-se transformando?

1.1. **Se sim:** Acha (s) que essas transformações foram importantes para si/ti? Porquê? **Se não:** O que é que acha (s) ou sente (s) que foi sendo estável, nas suas/tuas ideias de homem/ mulher?

1.1.2 Então, há pessoas com quem partilha estas questões/ estas vivências, estes pensamentos, estas expressões relativas ao dito feminino e/ ou ao dito masculino de que me foi falando?

Se sim: Quem são essas pessoas? Em que sentido se faz essa partilha? Porque é que ela é importante?

Se não: Porquê? Isso é confortável ou não para si/ para ti? Quais são as principais dificuldades ou obstáculos sobre fazer essa partilha? Mudaria esta impossibilidade se pudesse(s) e em que sentido?

2. Ao longo destas transformações de que estamos a falar, sentiu/sentiste que tinha (s) que ir contra as regras sociais ou as normas que dizem o que é “homem”, “mulher” / “masculino”; “feminino”? (Ou seja: sentiste que tinhas que ir contra aquilo que as outras

peçoas, a sociedade dizem que deve ser o “feminino”/ “masculino”, os homens/ as mulheres?)

2.1. **Se sim**, quais foram essas normas?

2.1.2. Pode falar-me mais / um pouco mais aprofundadamente sobre isso?

Se não, porque sente (s) que não teve/tiveste que contrariar...?

2.2 Quais são os contextos em que para si/ti é mais difícil uma vivência e uma expressão livre do que entende (s) pelo “feminino” e pelo “masculino”? E os mais fáceis? Porquê?

III – Na relação (tendo em conta) com o que me foi (foste) dizendo/ contando, estas noções de “feminino”/ “masculino” – “homem” / “mulher” têm uma dimensão/ ou dimensões que podem ser visíveis, que podem ser objectivas (no fundo ideias ou noções mais físicas, ligadas ao corpo, ligadas a coisas materiais?)

1. Se não, porque sente que essa (s) dimensão (s) não existe ou não está relacionada com as ideias de “homem” / “mulher”...?

2. Se sim, que dimensões são essas, dessas dimensões estão todas ao mesmo nível, ou sentes que há algumas mais importante que as outras?

2.1. Falando de sexo (se for o caso), falamos de quê na tua/ sua opinião? E esse “sexo” tem relação com as ideias de mulher e homem, de feminino/ masculino?

2.1.1. Sim, em que sentido? / Não, em que sentido? Porque não tem?

2.2. E esse “corpo” tem relação com as ideias de mulher e homem, de feminino/ masculino?

2.2.1. Em que é que o corpo pode ser importante para as noções de homem / mulher? Há para ti/ si um corpo próprio do homem ou um corpo masculino e um corpo próprio de mulher ou feminino? Se sim em quê, se não porquê?

3. O que é que na sua opinião torna visíveis estas noções de masculino/feminino e de homem/mulher? (vestir, orientações sexuais, práticas sexuais, relações físicas, outras formas de corporalidade, o que seja...).

IV - Na tua/ sua opinião e com a sua/ tua experiência de vida, as dificuldades de se (te) exprimir (es) e de todos/as nos exprimirmos livremente como “homens”/ “mulheres” estão ligadas com outras dificuldades, com outras maneiras de impedir que nos mostremos e que vivamos livremente, tendo que lutar por isso?

1. **Se não**, porquê? Na sua opinião o que é que distancia os ditos feminino e masculino de outras questões sociais? **Se sim**, em que sentido? Com que outras questões, exactamente? Com que relação?
2. Na tua/ sua experiência e opinião, quando falamos de homens/ mulheres, masculino/ feminino, falamos sempre de pessoas discriminadas?

Se sim, porquê, em que sentido (pode/s dar exemplos). **Se não**, porquê?

2.1. Homens ou mulheres que habitualmente são vistos como discriminados/os também podem ter situações em que são privilegiados/as?

Se sim, quais são esses privilégios? **Se não**, porque acha que não?

V- Num mundo ideal o que mudaria/ mudarias para que a justiça social em torno do que me foi/ foste dizendo se tornasse uma realidade ou pudesse ser mais acentuada e possível para si/ ti e para as outras pessoas?

1 – Depois de termos falado do ideal, gostava que voltássemos à sua/tua realidade, ao seu/teu percurso, quando pensa nessas questões o que é que vê (s) como tendo sido, ou sendo ainda hoje, das maiores fragilidades/tristezas/dificuldades? E por outro lado, o que é que vê (s) como tendo sido, ou sendo ainda hoje, forças e conquistas/ alegrias/facilidades?

VI – Finalização

Por fim, o que achou/sentiu durante esta nossa conversa? Gostava de acrescentar algo que ainda não tivemos oportunidade de explorar? Ou de retirar algo que tenha sido discutido?

Dados Sociodemográficos:

Idade:

Auto-identificação sexo: (Em termos do que as pessoas geralmente chamam o sexo, que seria a parte corporal/ biológica que as pessoas entendem como masculino e como feminino e que entendem que é como se nasceu, como te identificas?)

Auto-identificação-gênero: (E em termos das questões sociais, do que se vê socialmente como homem ou mulher, com te definiras?)

Escolaridade:

Experiência associativa:

Sim, em que tipo de lutas/ associações?

Com quem vive:

O que faz profissionalmente:

Anexo 3. Consentimento Informado de Participação em Investigação

A informação recolhida para o **estrito efeito de utilização neste projecto de investigação** será analisada de forma **totalmente confidencial**, com o compromisso de preservar inteiramente a **segurança** e o **anonimato** das pessoas participantes.

Pedimos-lhe que nos responda às seguintes questões relativas à utilização da informação que nos prestou:

Compreendi e aceito os conteúdos desta folha informativa: SIM____ NÃO____

Pude fazer perguntas sobre o estudo/ projecto de investigação: SIM____ NÃO____

Obtive resposta a questões sobre o estudo/ projecto de investigação: SIM____ NÃO____

Concordei com a gravação da(s) entrevista(s) para efeito de utilização estrita no âmbito deste estudo/ projecto de investigação: SIM____ NÃO____

Permito a utilização dos dados, sabendo que estes dados serão tornados anónimos e que a minha identidade ficará inteiramente protegida no tratamento e análise dos dados recolhidos, bem como em qualquer publicação que resulte deste estudo/ projecto de investigação: SIM____ NÃO____

NOME:

ASSINATURA ou RUBRICA:

DATA:

Investigador:

Teresa Teixeira

Este projecto desenvolve-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Orientação: Prof. Doutor Nuno Santos Carneiro

Anexo 4. Compromisso de Confidencialidade

Projecto de Investigação:

Estudo sobre noções de masculino e de feminino e a relação destes significados nas vivências ao longo do percurso pessoal

Os dados recolhidos no âmbito deste projecto serão tornados anónimos e a identidade das pessoas participantes ficará inteiramente protegida, no que respeita ao tratamento e análise dos dados recolhidos.

Às pessoas participantes assiste também o direito de acederem a qualquer publicação resultante dos estudos integrados no projecto.

Este projecto desenvolve-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da aluna Teresa Teixeira.

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Contactos:

Telemóvel:

Orientação: Prof. Doutor Nuno Santos Carneiro

Data:

Anexo 5. Mapa Temático da Análise Detalhado

